



MANUAL DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

3º Ano

Disciplina: SOCIEDADE CIVIL TRANSNACIONAL

Código: ISCED32- CPOLCFE009

Total Horas/1º Semestre: 15 a distância e 10 de contacto

Créditos (SNATCA): 5

Número de Temas: 8

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA- ISCED

Direitos de autor (copyright)

Este manual é propriedade do Instituto Superior de Ciências e Educação a Distância (ISCED), e contém reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução parcial ou total deste manual, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios (electrónicos, mecânico, gravação, fotocópia ou outros), sem permissão expressa de entidade editora (Instituto Superior de Ciências e Educação a Distância (ISCED)).

A não observância do acima estipulado o infrator é passível a aplicação de processos judiciais em vigor no País.

Instituto Superior de Ciências e Educação a Distância (ISCED)

Direcção Académica

Rua Dr. Almeida Lacerda, Nº 212 Ponta - Gêa

Beira - Moçambique

Telefone: +258 23 323501

Cel: +258 82 3055839

Fax: 23323501

E-mail: isced@isced.ac.mz

Website: www.isced.ac.mz

Agradecimentos

O Instituto Superior de Ciências e Educação a Distância (ISCED) agradece a colaboração dos seguintes indivíduos e instituições na elaboração deste manual:

Autor: *Sérgio Fabião Mahumane*

<i>Coordenação</i>	Direcção Académica do ISCED
<i>Design</i>	Instituto Superior de Ciências e Educação a Distância (ISCED)
<i>Financiamento e Logística</i>	Instituto Africano de Promoção da Educação a Distância (IAPED)
<i>Revisão Científica</i>	XXXXX
<i>Revisão Linguística</i>	XXXXX
<i>Ano de Publicação</i>	ISCED – Maputo
<i>Local de Publicação</i>	Maputo

Índice Geral

Visão geral	1
Bem-vindo ao Módulo de Sociedade Civil Transnacional	1
Objectivos do Módulo.....	1
Quem deveria estudar este módulo	1
Como está estruturado este módulo.....	2
Ícones de actividade	3
Habilidades de estudo	3
Precisa de apoio?	5
Tarefas (avaliação e auto-avaliação)	6
Avaliação	6
TEMA – I: CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	7
UNIDADE Temática 1.1.Introdução, Considerações Gerais: natureza, objectivos e Princípios.....	9
UNIDADE Temática 1.2.Conceito de Sociedade Civil Transnacional	12
Sumário.....	12
UNIDADE Temática 1.3.Sociedade Civil Transnacional?.....	12
TEMA – II: GÉNESE DA TRANSNACIONALIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL INTERNACIONAL. ..	20
UNIDADE Temática 1.1. Sumário e objectivos.....	21
UNIDADE Temática 1.2. Génese da transnacionalização da Sociedade Civil Internacional	21
UNIDADE Temática 2.3. EXERCÍCIOS	26
TEMA – III: SOCIEDADE CIVIL TRANSNACIONAL COMO UNIDADE DE ANÁLISE.....	28
UNIDADE Temática 1.1. Sumário e objectivos.....	28
UNIDADE Temática 1.2. Sociedade Civil Transnacional como Unidade de Análise	29
UNIDADE Temática 2.3. EXERCÍCIOS	37
TEMA – IV: OS ACTORES DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	39
UNIDADE Temática 1.1. Sumário e objectivos.....	40
UNIDADE Temática 1.2. Os Actores das Relações Internacionais	40
UNIDADE Temática 2.3. EXERCÍCIOS	49
TEMA – V: A TEORIA DO CONFLITO-FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	51
UNIDADE Temática 1.1. Sumário e objectivos.....	51
UNIDADE Temática 1.2. A Teoria do Conflito-Fundamentos Teóricos.....	51
UNIDADE Temática 1.3. EXERCÍCIOS	60
TEMA – VI: SOCIEDADE CIVIL E GLOBALIZAÇÃO.....	63
UNIDADE Temática 1.1. Sumário e objectivos.....	63
UNIDADE Temática 1.2. Sociedade Civil e Globalização.....	63
UNIDADE Temática 2.3. EXERCÍCIOS	66
TEMA – VII: TEORIA DO PODER: COMPONENTES, ELEMENTOS E FACTORES DO PODER.....	69
UNIDADE Temática 1.1. Sumário e objectivos.....	69
UNIDADE Temática 1.2. Teoria do Poder: Componentes, Elementos e Factores do Poder.....	69
UNIDADE Temática 2.3. EXERCÍCIOS	91
UNIDADE Temática 1.3. Instrumentos de Exercício do Poder.....	92
UNIDADE Temática 1.4. EXERCÍCIOS	93

TEMA – VIII: A TEORIA DOS SISTEMAS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS.	95
UNIDADE Temática 1.1. Sumário e objectivos.....	95
UNIDADE Temática 1.2. A Teoria dos Sistemas em Relações Internacionais.....	95
UNIDADE Temática 2.3. EXERCÍCIOS	100

Visão geral

Benvindo ao Módulo de Sociedade Civil Transnacional

Objectivos do Módulo

Ao terminar o estudo deste módulo de Sociedade Civil Transnacional deverá ser capaz de: Conhecer e aplicar as teorias baseadas na acção de entidades da sociedade civil no sistema internacional, recorrer a análise do sistema internacional na compreensão e intervenção em situações locais; e concomitantemente enquadrar os desafios locais no sistema internacional.



Objectivos Específicos

- Definir Sociedade Civil Internacional;
- Conhecer a génese e o percurso histórico da Sociedade Civil Internacional;
- Conhecer as principais entidades da Sociedade Civil Internacional;
- Distinguir formas de manifestação e intervenção no plano transnacional relativo a alteração de atitudes e comportamentos dos estados;

Quem deveria estudar este módulo

Este Módulo foi concebido para estudantes do 3º ano do curso de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais do ISCED e outros. Poderá ocorrer, contudo, que haja leitores que queiram se actualizar e consolidar seus conhecimentos nessa disciplina, esses serão bem-vindos, não sendo necessário para tal se inscrever. Mas poderá adquirir o manual.

Como está estruturado este módulo

Este módulo de Sociedade Civil Transnacional, para estudantes do 3º ano do curso de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais, à semelhança dos restantes do ISCED, está estruturado como se segue:

Páginas introdutórias

- **Um índice completo.**
- Uma **visão geral detalhada** dos conteúdos do módulo, resumindo os aspectos-chave que você precisa conhecer para melhor estudar. Recomendamos vivamente que leia esta secção com atenção antes de começar o seu estudo, como componente de habilidades de estudos.

Conteúdo desta Disciplina / módulo

Este módulo está estruturado em Temas. Cada tema, por sua vez comporta certo número de unidades temáticas ou simplesmente unidades. Cada unidade temática se caracteriza por conter uma introdução, objectivos, conteúdos.

No final de cada unidade temática ou do próprio tema, são incorporados antes o sumário, exercícios de auto-avaliação, só depois é que aparecem os exercícios de avaliação.

Os exercícios de avaliação têm as seguintes características: Puros exercícios teóricos/Práticos, Problemas não resolvidos e actividades práticas algumas incluindo estudo de caso.

Outros recursos

A equipa dos académicos e pedagogos do ISCED, pensando em si, num cantinho, recôndito deste nosso vasto Moçambique e cheio de dúvidas e limitações no seu processo de aprendizagem, apresenta uma lista de recursos didácticos adicionais ao seu módulo para você explorar. Para tal o ISCED disponibiliza na biblioteca do seu centro de recursos mais material de estudos relacionado com o seu curso como: Livros e/ou módulos, CD, CD-ROOM, DVD. Para além deste material físico ou electrónico disponível na biblioteca, pode ter acesso a Plataforma digital moodle para alargar mais ainda as possibilidades dos seus estudos.

Auto-avaliação e Tarefas de avaliação

Tarefas de **auto-avaliação** para este módulo encontram-se no final de cada unidade temática e de cada tema. As tarefas dos exercícios de auto-avaliação apresentam duas características: primeiro apresentam exercícios resolvidos com detalhes. Segundo, exercícios que mostram apenas respostas.

Tarefas de **avaliação** devem ser semelhantes às de auto-avaliação mas sem mostrar os passos e devem obedecer o grau crescente de dificuldades do processo de aprendizagem, umas a seguir a outras. Parte das tarefas de avaliação será objecto dos trabalhos de campo a serem entregues aos tutores/docentes para efeitos de correcção e subsequentemente nota. Também constará do exame do fim do módulo. Pelo que, caro estudante, fazer todos os exercícios de avaliação é uma grande vantagem.

Comentários e sugestões

Use este espaço para dar sugestões valiosas, sobre determinados aspectos, quer de natureza científica, quer de natureza didáctico-Pedagógica, etc, sobre como deveriam ser ou estar apresentadas. Pode ser que graças as suas observações que, em gozo de confiança, classificamo-las de úteis, o próximo módulo venha a ser melhorado.

Ícones de actividade

Ao longo deste manual irá encontrar uma série de ícones nas margens das folhas. Estes ícones servem para identificar diferentes partes do processo de aprendizagem. Podem indicar uma parcela específica de texto, uma nova actividade ou tarefa, uma mudança de actividade, etc.

Habilidades de estudo

O principal **objectivo** deste campo é o de ensinar aprender a aprender. Aprender aprende-se.

Durante a formação e desenvolvimento de competências, para facilitar a aprendizagem e alcançar melhores resultados, implicará empenho, dedicação e disciplina no estudo. Isto é, os bons resultados apenas se conseguem com estratégias eficientes e eficazes. Por isso é importante saber **como, onde e quando** estudar. Apresentamos algumas sugestões com as quais esperamos

que caro estudante possa rentabilizar o tempo dedicado aos estudos, procedendo como se segue:

1º Praticar a leitura. Aprender a Distância exige alto domínio de leitura.

2º Fazer leitura diagonal aos conteúdos (leitura corrida).

3º Voltar a fazer leitura, desta vez para a compreensão e assimilação crítica dos conteúdos (ESTUDAR).

4º Fazer seminário (debate em grupos), para comprovar se a sua aprendizagem confere ou não com a dos colegas e com o padrão.

5º Fazer TC (Trabalho de Campo), algumas actividades práticas ou as de estudo de caso se existirem.

IMPORTANTE: Em observância ao triângulo **modo-espaço-tempo**, respectivamente **como, onde e quando**...estudar, como foi referido no início deste item, antes de organizar os seus momentos de estudo reflecta sobre o ambiente de estudo que seria ideal para si: Estudo melhor em casa/biblioteca/café/outro lugar? Estudo melhor à noite/de manhã/de tarde/fins de semana/ao longo da semana? Estudo melhor com música/num sítio sossegado/num sítio barulhento!? Preciso de intervalo em cada 30 minutos, em cada hora, etc.

É impossível estudar numa noite tudo o que devia ter sido estudado durante um determinado período de tempo; Deve estudar cada ponto da matéria em profundidade e passar só ao seguinte quando achar que já domina bem o anterior.

Privilegia-se saber bem (com profundidade) o pouco que puder ler e estudar, que saber tudo superficialmente! Mas a melhor opção é juntar o útil ao agradável: Saber com profundidade todos conteúdos de cada tema, no módulo.

Dica importante: não recomendamos estudar seguidamente por tempo superior a uma hora. Estudar por tempo de uma hora intercalado por 10 (dez) a 15 (quinze) minutos de descanso (chama-se descanso à mudança de actividades). Ou seja que durante o intervalo não se continuar a tratar dos mesmos assuntos das actividades obrigatórias.

Uma longa exposição aos estudos ou ao trabalho intelectual obrigatório, pode conduzir ao efeito contrário: baixar o rendimento da aprendizagem. Por que o estudante acumula um elevado volume de trabalho, em termos de estudos, em pouco tempo, criando interferência entre os conhecimento, perde sequência

lógica, por fim ao perceber que estuda tanto mas não aprende, cai em insegurança, depressão e desespero, por se achar injustamente incapaz!

Não estude na última da hora; quando se trate de fazer alguma avaliação. Aprenda a ser estudante de facto (aquele que estuda sistematicamente), não estudar apenas para responder a questões de alguma avaliação, mas sim estude para a vida, sobre tudo, estude pensando na sua utilidade como futuro profissional, na área em que está a se formar.

Organize na sua agenda um horário onde define a que horas e que matérias deve estudar durante a semana; Face ao tempo livre que resta, deve decidir como o utilizar produtivamente, decidindo quanto tempo será dedicado ao estudo e a outras actividades.

É importante identificar as ideias principais de um texto, pois será uma necessidade para o estudo das diversas matérias que compõem o curso: A colocação de notas nas margens pode ajudar a estruturar a matéria de modo que seja mais fácil identificar as partes que está a estudar e Pode escrever conclusões, exemplos, vantagens, definições, datas, nomes, pode também utilizar a margem para colocar comentários seus relacionados com o que está a ler; a melhor altura para sublinhar é imediatamente a seguir à compreensão do texto e não depois de uma primeira leitura; Utilizar o dicionário sempre que surja um conceito cujo significado não conhece ou não lhe é familiar;

Precisa de apoio?

Caro estudante, temos a certeza que por uma ou por outra razão, o material de estudos impresso, lhe pode suscitar algumas dúvidas como falta de clareza, alguns erros de concordância, prováveis erros ortográficos, falta de clareza, fraca visibilidade, páginas trocadas ou invertidas, etc). Nestes casos, contacte os serviços de atendimento e apoio ao estudante do seu Centro de Recursos (CR), via telefone, sms, E-mail, se tiver tempo, escreva mesmo uma carta participando a preocupação.

Uma das atribuições dos Gestores dos CR e seus assistentes (Pedagógico e Administrativo), é a de monitorar e garantir a sua aprendizagem com qualidade e sucesso. Dai a relevância da comunicação no Ensino a Distância (EAD), onde o recurso as TIC se torna incontornável: entre estudantes, estudante – Tutor, estudante – CR, etc.

As sessões presenciais são um momento em que você caro estudante, tem a oportunidade de interagir fisicamente com staff

do seu CR, com tutores ou com parte da equipa central do ISCED indigitada para acompanhar as suas sessões presenciais. Neste período pode apresentar dúvidas, tratar assuntos de natureza pedagógica e/ou administrativa.

O estudo em grupo, que está estimado para ocupar cerca de 30% do tempo de estudos a distância, é muita importância, na medida em que permite lhe situar, em termos do grau de aprendizagem com relação aos outros colegas. Desta maneira ficará a saber se precisa de apoio ou precisa de apoiar aos colegas. Desenvolver hábito de debater assuntos relacionados com os conteúdos programáticos, constantes nos diferentes temas e unidade temática, no módulo.

Tarefas (avaliação e auto-avaliação)

O estudante deve realizar todas as tarefas (exercícios, actividades e auto-avaliação), contudo nem todas deverão ser entregues, mas é importante que sejam realizadas. As tarefas devem ser entregues duas semanas antes das sessões presenciais seguintes.

Para cada tarefa serão estabelecidos prazos de entrega, e o não cumprimento dos prazos de entrega, implica a não classificação do estudante. Tenha sempre presente que a nota dos trabalhos de campo conta e é decisiva para ser admitido ao exame final da disciplina/módulo.

Os trabalhos devem ser entregues ao Centro de Recursos (CR) e os mesmos devem ser dirigidos ao tutor/docente.

Podem ser utilizadas diferentes fontes e materiais de pesquisa, contudo os mesmos devem ser devidamente referenciados, respeitando os direitos do autor.

O plágio¹ é uma violação do direito intelectual do(s) autor(es). Uma transcrição à letra de mais de 8 (oito) palavras do texto de um autor, sem o citar é considerado plágio. A honestidade, humildade científica e o respeito pelos direitos autorais devem caracterizar a realização dos trabalhos e seu autor (estudante do ISCED).

Avaliação

Muitos perguntam: Como é possível avaliar estudantes à distância, estando eles fisicamente separados e muito distantes do docente/tutor!? Nós dissemos: Sim é muito possível, talvez seja uma avaliação mais fiável e consistente.

¹Plágio - copiar ou assinar parcial ou totalmente uma obra literária, propriedade intelectual de outras pessoas, sem prévia autorização.

Você será avaliado durante os estudos à distância que contam com um mínimo de 90% do total de tempo que precisa de estudar os conteúdos do seu módulo. Quando o tempo de contacto presencial conta com um máximo de 10%) do total de tempo do módulo. A avaliação do estudante consta detalhada do regulamento de avaliação.

Os trabalhos de campo por se realizar durante os estudos e aprendizagem no campo, pesam 25% e servem para a nota de frequência para ir aos exames.

Os exames são realizados no final da cadeira disciplina ou modulo e decorrem durante as sessões presenciais. Os exames pesam no mínimo 75%, o que adicionado aos 25% da média de frequência, determinam a nota final com a qual o estudante conclui a cadeira.

A nota de 10 (dez) valores é a nota mínima de conclusão da cadeira.

Nesta cadeira o estudante deverá realizar pelo menos 2 (dois) trabalhos e 1 (um) (exame).

Algumas actividades práticas, relatórios e reflexões serão utilizados como ferramentas de avaliação formativa.

Durante a realização das avaliações, os estudantes devem ter em consideração a apresentação, a coerência textual, o grau de cientificidade, a forma de conclusão dos assuntos, as recomendações, a identificação das referências bibliográficas utilizadas, o respeito pelos direitos do autor, entre outros.

Os objectivos e critérios de avaliação constam do Regulamento de Avaliação.

TEMA – I: CONSIDERAÇÕES GERAIS.

UNIDADE Temática 1.1. Introdução, Considerações Gerais à Disciplina: natureza, objectivos e Princípios.

UNIDADE Temática 1.2. Conceito de Sociedade Civil Transnacional.

UNIDADE Temática 1.3. EXERCÍCIOS

UNIDADE Temática 1.1.Introdução, Considerações Gerais: natureza, objectivos e Princípios

Caro estudante, lançando um olhar sobre o perfil das sociedades originadas pelas viagens de descobertas, colonização e missões religiosas torna difícil pensar isoladamente a economia, a política e a cultura de cada uma delas. Este fenómeno deixa eminente uma ausência generalizada de fronteiras que antes separavam uma sociedade da outra. Vivemos numa realidade em que o local e o global encontram-se misturados.

Este novo perfil do mundo possui os seus próprios percursos, legitimadores e guardiões, grupo ao qual no seu conjunto designamos neste guião como Sociedade Civil Transnacional. O Conceito de Sociedade Civil como um termo complexo na formulação do seu significado, este tem abrangido a esferas não-estatal, antiestatal, pós-estatal e até supra-estatal.

Seria paradoxal trilhar uma longa caminhada sem uma bússola que comprovasse a certidão da direcção, sob o risco de todo o esforço a ser empreendido ser em vão, por isso neste capítulo irá despender-se algum esforço para fazer perceber ao caro leitor sobre o termo Sociedade Civil, bem como debruçar em volta daquelas que seriam, hoje, as principais visões teóricas que abordam este conceito de forma cuidadosa. Para o efeito, buscar-se-á, a prior, um breve percurso histórico do conceito de sociedade civil. Em segundo lugar, serão apresentadas as abordagens teóricas que mais se destacam contemporaneamente. Por último, buscar-se-á a dimensão internacional deste conceito, sendo este o nosso objectivo essencial, mostrar as matrizes teóricas que mais lidam com este conceito.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



Objectivos
específicos

- Compreender a natureza do conceito da SCT;
- Aplicar o conceito da SCT para a leitura das diferentes situações das relações internacionais;
- Analisar o percurso teórico do conceito de SCT;
- Entender a diferença dos contextos temporal e espacial em que o conceito SCT se desenvolveu;

Exercícios de Auto-avaliação

1. Os fenómenos que marcaram o início da ideia da SCT incluem:
 - a) Economia, Política e cultura;
 - b) Colonização e movimentos de independência;
 - c) Viagens das descobertas, colonização e missões religiosas;

2. Falar da SCT, implica falar da eminente:
 - a) Ausência relativa de fronteiras entre nações;
 - b) Ausência de fronteiras entre as nações;
 - c) Separação entre o local e o global;

3. Olhando para a questão da SCT:
 - a) O local e o global encontram-se misturados;
 - b) O local e o global encontram-se separados;
 - c) O local e o global encontram-se demasiadamente separados;

4. A SCT pode de alguma forma significar:
 - a) Aspectos nacionais;
 - b) Um assunto simples de decifrar;
 - c) Um Conjunto de seus percursos, legitimadores e guardiões;

5. Tornaria-se fácil aprender este módulo:
 - a) Sem despendendo tempo em decifrar o conceito de SCT;
 - b) Ocupando-se primeiro pela definição do termo SCT;
 - c) Sem se interessar pelas definições, dado que definir ou não dá no mesmo;

Exercícios de Avaliação

1. Fale da essência da SCT.
2. Justifica a dificuldade de analisar as sociedades actuais de forma isolado.
3. A que se pode considerar SCT tendo em consideração o novo perfil do mundo?
4. Até que ponto o conceito de SCT é tido como complexo?
5. Como é que na Unidade Temática 1.1 promete-se decifrar o conceito de SCT?

UNIDADE Temática 1.2. Conceito de Sociedade Civil Transnacional

Sumário

A presente unidade temática 1.2, tem em vista debruçar-se em volta do conceito de SCT, envolvendo os principais percursos teóricos, o seu carácter e a sua classificação.

O objectivo cinge-se em iluminar o caminho no qual o estudante irá experimentar nos temas e respectivas unidades temáticas que se seguem, ou seja, os conceitos constituem o laboratório das Ciências Sociais.

Ao terminar esta unidade espera-se que tenha habilidades:



Objectivos
específicos

- Na compreensão do conceito da SCT;
- Em dominar o percurso histórico e os respectivos principais teóricos do conceito de SCT;
- Compreender o carácter da SCT moderna;
- Em poder classificar a SCT;
- Aplicar na prática a visão teórica do conceito da SCT para a compreensão dos diferentes fenómenos na sociedade Moçambicana.

Sociedade Civil Transnacional?

A maioria dos analistas deste termo o vê como multidimensional, considerando que este apresenta-se com uma longa e tortuosa trajetória histórica, sendo por vezes contraditória. Além de que o mesmo apresenta-se com significados que variam mediante o contexto histórico, campo teórico, situação política.

A tendência do conceito de Sociedade Civil tem vindo a ganhar cada vez maior complexidade, dada a intensificação dos processos da globalização que impelem para uma série de teorias sobre Sociedade Civil Global.

Apesar de múltiplos significados para um único termo, cada definição acreditamos ter sido justa para

responder os contingentes deparados no respectivo momento histórico, ambiente cultural, localização geográfica, status social, personalidade individual e, se calhar no comprometimento político (Scholte, 2002).

Segundo o Centro para Estudos da Sociedade Civil John Hopkins (1999), o sector das organizações sem fins lucrativos, é insignificante como força económica em todas as partes do mundo, é assumido com uma diferença substancial na sua composição em cada país. Nos últimos tempos testemunha-se um crescimento significativo de interesses sociais de agir além das fronteiras dos mercados e do Estado. Em diferentes partes do mundo são conhecidos como os “sem fins lucrativos”, os “voluntários”, a “sociedade civil”, o terceiro sector ou independente”, “sector isento de impostos”, “organizações não-governamentais”, “sector associativo”, “filantrópica”, economia social e empreendimento social, este grupo de denominações incluem em certa medida uma serie de entidades: hospitais, universidades, clubes sociais, organizações sociais, centros de atendimento, grupos ambientalistas, agencias para o aconselhamento familiar, clubes desportivos, centros de formação profissional, organizações de Direitos Humanos, entre outros. De forma particular pode-se considerar:

- Organizações – portam de uma presença institucional e estrutura;
- Privado – são institucionalmente separados do Estado;
- Sem fins lucrativos – não retornam nenhum lucro aos seus gestores ou alguns proprietários;
- Auto-governados – estão fundamentalmente em controlo dos seus próprios assuntos e;
- Voluntario – para ser membro não é exigido nenhuma legalidade, pois apenas junta-se para oferecer o seu tempo ou dinheiro.

Já nos anos 70, autores levantavam alguns debates sobre o assunto que aqui traz-se para o leitor, como é o caso do sociólogo francês Raimond Aron ao mencionar a sociedade transnacional. A diferença é que no inicio não mencionavam como uma conjuntura imbuída de um cunho exclusivamente político, ma sim constituída por actores privados pertencentes a diferentes unidades políticas e unidos por um princípio de reciprocidade. Portanto, seria uma estrutura a parte da esfera inter-estatal (Aron, 1962:113).

No início da década 70 a visão de Aron é posta em causa, ao aparecer a crítica de Keohane e Nye, ao rejeitar a visão de que somente os Estados fariam a política internacional, deixando-se os agentes não estatais, mas que com recurso a meios similares operam para atingir seus objectivos no âmbito global. Estes autores trazem a discussão ainda uma visão que coloca na dianteira os actores não estatais, que por via de meios materiais e simbólicos, por vezes recorrendo a violência e possíveis intimidações influenciam a mudança de comportamentos das nações. A partir desta vertente, conclui-se que a política internacional passa a ser vista como um conjunto de relações políticas de agentes relevantes na esfera mundial, estes agentes são constituídos por qualquer organização autónoma que goza de poder para influenciar e controlar recursos simbólicos e atravessando as linhas do Estado (Keohane e Nye, 1971).

Esta análise centrou o seu debate no papel dos actores económicos transnacionais, tendo emergido na década 90 os debates centrados na ideia de sociedade civil global, esta envolve os actores sociais a margem do Estado e o seu impacto político sobre a realidade mundial.

Segundo Lipschutz, a Sociedade Civil Internacional é captada como aquela que possui os seus próprios princípios legais, estes opostos aos dos Estados individualmente. A estrutura dos seus percursos apresenta uma forte ou fraca coesão assente na partilha de mesmos princípios de comportamento contraditório a poderes legais que tenham surgido de ficções socialmente construídas ou de outros sistemas assentes na lógica de estado-nação. Esta visão parte do princípio de que a emergência de ideias referentes ao modelo de liberalismo económico e político carregava consigo a ética de justiça social e comunidade civilizada, esta que opera a margem das leis e poderes nacionais. Esta abordagem, fundamenta-se na ideia de que as organizações de Sociedade Civil e a Sociedade Civil Internacional servem para restabelecer as nações aquelas condições que sob seu ponto de vista estão ameaçadas ou que comprometem a normalização de tais condições (Lipschutz, 1992:407).

Fundamentando a abordagem deste autor e de outros como Ghils a sociedade civil global surge em resposta à decrescente capacidade e disposição dos Estados satisfazerem os seus papéis sociais, aparentando-se sob forma de eminente resistência ao tradicional sistema de Estado-nação (Ghils, 1992).

A visão acima descrita, alia o assunto da sociedade civil internacional aos processos de globalização que se agudizaram a partir do início da década 90, mas concomitantemente reflecte e amplia os debates já levantados por Aron nos anos 70 ao mencionar a sociedade transnacional.

Portanto, recorrendo a Pasha e Blaney, falar da sociedade civil global, não passa de um agente emergente da política mundial, envolvendo diferentes actores, como movimentos sociais, grupos de interesse, indígenas, grupos culturais, e cidadãos globais, que de algum modo constituem redes, conhecimentos e práticas que visam remodelar a ideologia política mundial. Sendo assim, considerando os movimentos sociais do Leste Europeu, aquando da sua luta contra o regime totalitarista, a sociedade civil global uma estrutura que desafia os sistemas predominantes do Estado. Nesta senda de ideia, o Estado fica cada vez mais ofuscado dando lugar a inúmeros processos de governança global, assente na prestação de contas democráticas e legitimado por diversos grupos e organizações. em suma, por estes autores a sociedade civil global é vista como *“(...) um antídoto à estrutura anárquica, à desigualdade e às exclusões do sistema de Estados”* (Pasha & Blaney, 1998:418).

Numa visão mais actual, novos paradigmas ganham espaço, sensivelmente após a queda do muro de Berlim, ou seja, o fim da Guerra Fria, o que condicionou a maior interconectividade entre as nações jamais vista na história mundial, cruzamento entre os cinco continentes e entre os três oceanos. Estes acontecimentos, proporcionaram paralelamente um berço para as grandes transformações nas relações sociais e insegurança generalizada (incluindo os tradicionais promotores de guerras). Assim, passam a ser temas do dia a globalização dos problemas ecológicos e ambientais, as questões de saúde pública (como o HIV e SIDA), as organizações criminosas internacionais ligadas ao tráfico de drogas, órgãos humanos, armas e humanos para exploração sexual, para além da intensificação do fenómeno de imigrantes e refugiados políticos, terrorismo global e planos militares unilaterais (Cohen, 2003).

No contexto do Estado soberano, Cohen vê a sociedade civil como uma esfera onde decorre a interacção social diferenciada da economia e do Estado como tal, compondo-se por três dimensões, dentre as quais pluralidade, publicidade e privacidade.

O carácter autónomo da sociedade civil actual surge dos processos de constituição e mobilização independentes e esta encontra a sua alavanca no desenvolvimento do Estado territorial soberano. Alcança igualmente a sua generalização e institucionalização através de leis e direitos subjectivos que tiveram como função essencial a estabilização da diferenciação social.

Tomando em consideração os debates dos autores até aqui apresentados, sociedade civil global, surge no início da década noventa, comportando uma esfera supranacional de carácter político e social na qual grupos, movimentos sociais e indivíduos se engajam em diálogos, debates e negociações uns com os outros, bem como com os actores governamentais, desde o nível local, nacional ou internacional. Os principais constituintes desta sociedade civil global, são os movimentos sociais, as redes de acção cívica em suas mais diversas manifestações, as associações de caridade, as associações voluntárias, as organizações não-governamentais e os grupos nacionalistas e fundamentalistas (Anheier, *et. al.*, 2001 e Kaldor, 2003). A sociedade civil global prioriza o fomento das formas de interacção social que possam promover valores congruentes com uma sociedade global democraticamente orientada, dentre os quais confiança, reciprocidade, e civilidade.

Para complementar esta visão, convém consubstanciar pelo teórico indispensável John Keane:

“(...) a um sistema não-governamental dinâmico de instituições sócio-económicas interconectadas que se espalha por toda a terra, e que tem efeitos complexos que são sentidos nos seus quatro cantos. A sociedade civil global não é nem um objecto estático nem um fait accompli. É um projecto inacabado que consiste de redes algumas vezes densas, algumas vezes mais frágeis, pirâmides e clusters de instituições socioeconómicas e indivíduos que se organizam através das fronteiras, com o objectivo deliberado de desenhar o mundo de novas maneiras. Essas instituições e actores não-governamentais tendem a pluralizar o poder e a problematizar a violência; conseqüentemente, seus efeitos pacíficos ou ‘civis’ são sentidos em todas as partes (...), no âmbito planetário em si” (Keane, 2003:8).

Em relação aos agentes da sociedade civil global, importa afirmar que o seu carácter não-governamental abrange a indivíduos, organizações com fins lucrativos e sem fins lucrativos, movimentos sociais, comunidades

linguísticas e culturais. Fazem parte deste leque, os clubes e as instituições de caridade, *think-tanks*, intelectuais proeminentes, grupos de *lobby*, grandes e pequenas corporações, mídia independente, grupos da *internet* e *websites*, federações de empregadores, sindicatos, comissões internacionais, cúpulas paralelas e organizações desportivas. Consideradas em conjunto, tais instituições e actores constituem um vasto e interconectado espaço não-governamental que compreende inúmeras formas de vida auto-direccionadas, formas de vida estas que possuem pelo menos um aspecto em comum: através de longas distâncias geográficas e a despeito das barreiras temporais, elas se organizam deliberadamente e conduzem suas actividades sociais e políticas através das fronteiras e das estruturas governamentais (Keane, 2003b). Contudo, para este autor a sociedade civil global é mais do que um mero fenómeno não-governamental, mas sim, no concreto, trata-se também de um tipo de sociedade, ou seja, é um conjunto dinâmico de processos sociais relativamente interligados. Contudo, a sociedade civil global é uma larga estrutura não-governamental de várias subestruturas, associações e redes institucionalizadas dentro das quais os actores (individualmente ou colectivamente) se encontram inter-relacionados e funcionalmente interdependentes um do outro.

Nas forças e processos que movem a sociedade civil não são notáveis as linhas de separação entre o nacional e o global: ambas as dimensões se interferem e se redefinem constantemente. Assim, para entender as dinâmicas da sociedade civil global não pode se interessar com as fronteiras entre o interior e o exterior, pois estas são insignificantes, mas sim padrões de interdependência e co-dependência entre partes distintas.

Por fim, a sociedade civil global não pode ser vista sob um único prisma é relevante olhar a partir do contexto histórico, cultural e político. Mas de maneira igual, capacita indivíduos, grupos e organizações a organizar e empregar suas forças através das fronteiras; e provê estruturas e mecanismos não-governamentais que habilitam os indivíduos e grupos a se engajar nas mais distintas situações de diferencias. Além disso, ela oferece oportunidades para cada indivíduo empreender algum esforço para reduzir a violência e as anomalias que minam a implantação de uma cultura de paz.

É importante lembrar que o interesse com este conceito deveu-se a três situações que caracterizaram os anos 70 e 80, como é o caso da crise da organização política baseadas nos princípios marxistas, em que promovia-se a fusão entre sociedade civil, Estado e mercado; a intensificação da crítica ao estado de bem-estar social nos países ocidentais alegando-se a falta de neutralidade nas formas estatais de implementação de políticas das respectivas políticas, acompanhado pelo surgimento dos novos movimentos sociais que centram sua estratégia de respeito pelo Estado da autonomia de determinados sectores sociais; e por ultimo, os processos de democratização da América Latina e Europa Oriental, onde os actores sociais e políticos identificaram sua acção como parte da reacção da sociedade civil ao Estado.

Classificação da Sociedade Civil Transnacional

Tratando-se de uma sociedade superestrutural, a sociedade civil global extravasa qualquer actor individual ou organizacional e, até mesmo do que a soma de todas as suas partes constituintes, partes estas que, paradoxalmente, muitas das vezes nem se conhecem. No entanto, a sociedade civil global referida é uma complexidade, dadas as suas formas diferenciadas e sobrepostas, mas de uma acção social estruturada. Um dos aspectos distintivos da sociedade civil global destacados por Keane é a civilidade, ou seja, o respeito pelos outros expresso pela aceitação de estrangeiros. Neste sentido, a sociedade civil global se caracterizaria por defender um princípio do espaço multi-dimensional da não-violência, dado o fato de muitos de seus membros comungarem de uma perspectiva pacificamente cosmopolita do mundo.

Os actores da sociedade civil global almejam e engajam-se, cada um a sua maneira, para a preservação da paz; conseqüentemente eles comungam, de certa forma, os princípios da não-violência. A educação seria, assim, potencialmente um dos grandes instrumentos catalisadores da sociedade civil global e de seu *ethos*.

As normas próprias que norteiam a dinâmica da sociedade civil global, destaca-se: a flexibilidade, a abertura, a disposição para respeitar os outros, a auto-organização, a curiosidade, a experimentação, a não-violência, as redes pacíficas através das fronteiras e um forte sentimento de responsabilidade pela biosfera.

Exercícios de Auto-avaliação

1. Os significados da SCT:
 - a) Comportam um padrão determinado nos diferentes contextos;
 - b) Varia mediante o contexto histórico, campo teórico e situação política;
 - c) Nenhuma das respostas acima esta correcta.
2. O conceito da SCT torna-se cada vez mais complexo devido:
 - a) A trajectória histórica;
 - b) Ao fenómeno da globalização;
 - c) Aos múltiplos significados que este apresenta.
3. Podem ser considerados sinónimos teóricos da SCT em diferentes partes do mundo:
 - a) Sem fins lucrativos, os voluntários, e o terceiro sector;
 - b) Organizações filantrópicas, empreendimentos sociais e empresas transnacionais;
 - c) ONG's, economia social e grupos de oposição.
4. Os grupos componentes da SCT incluem:
 - a) Hospitais privados, Universidades, organizações sociais e grupos ambientalistas;
 - b) Grupos ambientalistas, partidos políticos, mercados e Pequenas e Medias Empresas;
 - c) Os representantes do Governo desde o nível central até ao local.
5. Na óptica de Keohane e Nye a SCT inclui:
 - a) Agentes estatais e não estatais;
 - b) Apenas agentes estatais;
 - c) Apenas agentes não estatais.
6. Na visão de Lipschutz a SCT visa:
 - a) Influenciar os governos a priorizarem as políticas públicas;
 - b) Agir em contradição ao Estado;
 - c) Restabelecer às nações aquelas condições em

ameaça.

Exercícios de Avaliação

1. *Quais são alguns dos principais termos usados para descrever organizações da sociedade civil?*
2. *Por que existem tantos termos para descrever o mesmo assunto?*
3. *Como se relacionam os termos variados da sociedade civil transnacional? Como eles diferem uns dos outros?*
4. *Como se justifica o crescente interesse por este conceito?*
5. *Como se classifica a sociedade civil transnacional?*

Keohane Robert O. e Nye, Joseph S. (1971). ***Transnational Relations and World Politics: An Introduction***, in: International Organization. Cambridge:Cambridge University Press, 329-349.

Cohen, Jean L. (2003). ***Sociedade Civil e Globalização: Repensando Categorias***. In: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 3, pp. 419-459.

Salamon, Lester M., Anheier, H. K., Toepler R. L. Sokolowski, S. (1999). ***Global Civil Society: Dimensions of the Nonprofit Sector*** Baltimore: The Johns Hopkins University– Center for Civil Society Studies.

TEMA – II: GÊNESE DA TRANSNACIONALIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

UNIDADE Temática 1.1. Sumário e objectivos

UNIDADE Temática 1.2. Gênese da Transnacionalização da Sociedade Civil

UNIDADE Temática 1.3. EXERCÍCIOS

UNIDADE Temática 1.1. Sumário e objectivos

A Sociedade Civil não surge já transnacional, mas sim se torna transnacional no processo da sua expansão para as outras partes do mundo, extravasando o contexto nacional. Neste contexto, o presente tema e suas respectivas unidades irão se debruçar em volta da génese e o processo da sua transnacionalização, tendo em consideração os principais actores desse processo.

O objectivo centra-se na ideia de habilitar o estudante em compreender, não apenas o conceito mas o processo através do qual agentes nacionais se transformaram em transnacionais.

Ao terminar esta unidade espera-se que tenha habilidades:



Objectivos
específicos

- Na análise da génese da transnacionalização da Sociedade Civil;
- Conhecer os principais agentes da expansão;
- Conhecer os pontos de partida do processo da transnacionalização.

UNIDADE Temática 1.2. Génese da transnacionalização da Sociedade Civil Internacional

A acção da Sociedade Civil, que Anheier denominou por sector não-lucrativo, não é um fenómeno recente, considerando a expansão da religião cristã e islâmica vem acontecendo já a séculos, movida por aspirações e operações de longo alcance. A moderna transnacionalização da sociedade civil teve a sua emergência nas sociedades anti-escravistas, sobretudo as britânicas sociedade anti-escravatura estrangeira em 1839, e do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), fundada por Henri Dunant em 1864, após suas experiências na Batalha de Solferino. Até 1874, já existiam 32 ONG internacionais, que aumentaram para 804 em 1950, embora com notáveis oscilações entre a primeira e a segunda guerra mundial (Anheier, 2005).

O que ultimamente se mostra novo é a grande escala e alcance que as organizações internacionais e instituições

supranacionais vêm experimentando, que jamais foi vista antes.

Não há dados satisfatórios sobre a transnacionalização do sector não-lucrativo no seu todo, mas é clarividente que comportou três facetas relacionadas da globalização e da filantropia:

1. A escala e a receita de actividades internacionais do sector não-lucrativo nos EUA e outros países nas restantes partes do mundo;
2. O surgimento de organizações não-governamentais internacionais que deram lugar a emergência de sociedade civil global; e
3. O crescimento de filantropia internacional.

Cingindo-se ao segundo ponto, que trata fundamentalmente desta cadeira, é importante saber que, a partir dos anos 70 os fundos governamentais e multilaterais canalizados através de ONG's para o desenvolvimento e aumentaram substancialmente, por consequência, muitas ONG's transformaram-se em Organizações de grande escala. Apenas na de 1970, a ajuda canalizada através das ONG's, provindo de todos os fluxos de ajuda para os países em desenvolvimento foi de 11%. Desde então, a quota das ONG's internacionais duplicou, com a maior parte do ganho na década de 1990, período que coincide com a expansão significativa das operações destas Organizações de forma geral.

A intensificação do peso económico e da importância política das ONG's internacionais é cada vez mais quando se analisa a composição dos fluxos totais de ajuda, recorrendo as estimativas compiladas por Clark (2003:130).

Nos anos 80, as ONG's internacionais trilham rumo a um estatuto correspondente a um circuito de desenvolvimento oficial e de ajuda humanitária, onde as receitas destas Organizações registam um aumento notável, passando de 44% para 55% entre 1980 e 1988.

Na década 90, regista-se uma inversão, provocada pela caída dos fluxos de ajuda oficial, quer bilateral e multilateral, assim como a injectada indirectamente através das ONG's internacionais.

Em resposta a eminente situação, as doações privadas, incluindo contribuições individuais, de fundação e

corporativas, prestaram um papel preponderante ao passarem o dobro das suas quotas proporcionando desta maneira a significativa expansão das ONG's no campo de desenvolvimento, com o seu ápice na viragem da década de 1990.

O crescimento das ONG's internacionais e sua presença organizacional não teve a sua essência no âmbito do mundo, mas sim houve um processo para a sua transnacionalização, facto que as determina como transnacionais, em vez de internacionais. Os países da Europa e América do Norte mostraram-se pioneiros neste movimento, possuindo até então a maior representação nas Organizações Internacionais Não-Governamentais, ou por simplesmente, Sociedade Civil Transnacional, têm a maior densidade de membros em comparação com outras partes do mundo. As principais capitais das Organizações Não-Governamentais Internacionais, encontram-se a longo prazo instaladas nas principais cidades da Europa e EUA. Este facto reduziu, apenas pelo facto de serem actualmente mais uniformes e distribuídos em todo o mundo.

Desde os primórdios a adesão dos países à ONG's foi crescente, embora com diferente nas diferentes partes do mundo, sendo as taxas mais elevadas de expansão proveniente da Europa Central e Oriental, seguidas de Ásia, e depois pela Ásia Oriental e Pacífico. Esta ordem, na Europa Central e Oriental, deveu-se a queda do regime socialista e a consequente introdução do liberalismo; na Ásia foi alavancado pela expansão económica e pela reforma de muitos países da região.

Existe uma visão a partir da qual o crescente do quadro social em relação ao desenvolvimento económico, influenciou para que as taxas de crescimento fossem mais elevados na década de 90, nos países de rendimento médio, tais como os da Ásia Oriental, Europa Central e da América Latina, contra as taxas baixas que caracterizaram os países de alta renda da Europa Ocidental, do Pacífico e da América do Norte.

Pode-se observar também que, a taxa de expansão das ONG's internacionais em países de baixa renda foi maior do que para as partes mais ricas do mundo. Portanto, o crescimento da infra-estrutura organizacional da sociedade civil não envolve concentração, mas sim dispersão, e aponta para a inclusão, em detrimento de exclusão. Em termos organizacionais, a sociedade civil global actual é tem menos fenómenos do que no passado e as taxas de

crescimento significativas dos últimos anos contribuíram para sua expansão fora da América do Norte e da União Europeia.

Na óptica de Held et al. (1999), a infra-estrutura organizacional da sociedade civil transnacional atingiu maior densidade, facto também sustentado por Anheier e Katz (2003).

Para explicar o processo de transnacionalização da sociedade civil internacional, mostra-se indispensável lançar um olhar sobre alguns padrões básicos da sua localização ao longo do tempo e visitar as bases que insinuaram o desenvolvimento das ONG's internacionais modernas.

Até 1906, num total de 169 ONG's internacionais, apenas duas tinham as suas sedes localizadas fora da Europa; Por volta dos anos 1936 a 38, num total de 705 ONG's internacionais existentes na época, as suas sedes estavam localizadas fora da Europa; Em 1950, com significativo aumento das ONG's internacionais com sedes nos EUA e com o estabelecimento das Nações Unidas, 124 das 804 ONG's internacionais existentes estavam estabelecidas fora da Europa.

O surgimento dos movimentos de descolonização, rumo a independência, acompanhado pelo favorável clima económico dos anos 50 e início dos anos 60, o número de ONG's aumentou para 1.768, dos quais 83% foram localizados na Europa, 10% nos EUA e 1 a 2% na Ásia, América do Sul, América Central, África, Oriente Médio e Austrália (vide Anheier, 2005:336-337).

Observa-se em 2001, uma contraversão, onde grande parte da concentração vivida deu lugar a uma descentralização. Passa-se a contar com uma estrutura bipolar emergente de ONG's, ou seja, com dois centros (Europa Ocidental e América do Norte). Portanto, a Europa continua na dianteira como principal sede das ONG's, seguida dos EUA, sendo que as outras regiões do mundo, como Ásia e África estão ganhando terreno paulatinamente.

No entanto, os dez países que em 2001 albergavam o maior número das sedes de ONG's internacionais, oito são países europeus (Reino Unido, França, Suíça, Bélgica, Países Baixos, Alemanha, Itália e Áustria), dois são os EUA e o Canadá. Embora com este progresso, algumas cidades continuaram a preservar o seu destaque tradicional, das quais Paris com 729, Londres com 807, Bruxelas com 1.392, Genebra com

272 e Nova Iorque com 390.

Conexão Inter-organizacional

A infra-estrutura da sociedade civil transnacional em termos de ONG's internacionais não só se tornou geográfica, mas também muito mais denso e interligado durante a década de 1990. Sendo que em 2001, contava-se com mais de 90.000 ligações entre ONG's e 38.000 entre ONG's internacionais juntamente com organizações governamentais internacionais. Esta evolução significa que o número médio de ligações saltou de uma média de 6,7 em 1990 para 14,1 em 2000, correspondendo a um aumento de 110 por cento. Em termos de participação de uma organização na fundação ou associações mútuas ou conjuntas e actividades conjuntas, registou-se um aumento substancial, sendo que após os anos 80, as ONG's internacionais não só se tornaram mais interligadas entre si, mas também a sua ligação com as instituições internacionais como as Nações Unidas e o Banco Mundial.

Composição

Além da escala e conexão que até aqui esteve a se explicar, para descrever a infra-estrutura da sociedade civil global, há que ter em conta outra dimensão, assente no campo de actividade ou propósito dentro do qual uma ONG opera. Partindo-se do pressuposto do campo ou propósito de uma ONG, predominam dois campos essenciais:

- ONG's baseadas em associações de desenvolvimento e de interesse económico (26,1%); e
- ONGs baseadas no conhecimento na área de pesquisa e ciência (20,5%).

É nestas áreas que as necessidades de alguma forma de cooperação internacional, de intercâmbio de informação, reconhecimento, definição de padrões e outros discursos têm sido estabelecidas. Existem milhares de associações académicas e sociedades científicas que abrangem todas as disciplinas académicas e campos de aprendizagem humana. Da mesma forma, há uma rica tradição de organizações profissionais e empresariais que ultrapassam as fronteiras nacionais, câmaras de comércio e associações de

consumidores a grupos profissionais no domínio do direito, contabilidade, comércio, engenharia, transporte, serviço civil ou cuidados de saúde.

Com efeito, a classificação de ONG's internacionais segundo seus objectivos, indica que num total de 639 organizações existentes em 1924, quase metade eram associações de interesse económico, ou sociedades eruditas e organizações de pesquisa. Neste universo apenas 55 eram organizações de carácter político, 25 com carácter religioso e 14 para artes e cultura. Em suma, a componente de valor político, humanitário, moral ou religioso para as ONG's internacionais é um fenómeno. Embora algumas das mais antigas organizações humanitárias remontem aos nove anos, do século XI, a Cruz Vermelha ou a Sociedade Anti-Escravatura, a sua proeminente difusão e presença nacional a nível transnacional é um produto da última metade do século XX.

A maioria das ONG's estão viradas para o valor nas áreas de direito, políticas e advocacia (12,6%), seguido por política (5,2%) e religião (5,2%), actualmente compõem o segundo maior componente de actividade, com um total de 23 por cento de todas as ONG's internacionais; Serviços, em que os serviços sociais, saúde e educação 21%; cultura e as artes com 6,6%; ambiente com 2,9% e defesa e segurança compõem o equilíbrio.

Entre 1990 e 2000, o número de organizações com serviços sociais como objectivo principal cresceu significativamente, cobrindo 79%, os que têm serviços de saúde em 50%, e aqueles com educação em 24%.

Os dados mostram que desde 1990 as ONG's internacionais se expandiram significativamente, tanto em termos de escala, assim como conexão. O maior foco relativo dessas organizações, esta mais voltado para actividades baseadas em valores e prestação de serviços. Assim sendo, a expansão das ONG's internacionais e a mudança de valor/actividade reflectem um salto tanto quantitativas como qualitativas.

UNIDADE Temática 2.3. EXERCÍCIOS

Exercícios de Auto-avaliação

1. Duas das organizações que tiveram primazia nos processos da transnacionalização são:
 - a) As religiões cristã e islâmica e as colónias britânicas;

- b) As religiões cristãs e islâmica e a Cruz Vermelha;
 - c) O Comité Internacional da Cruz vermelha e as religiões cristãs e islâmica;
2. Os fundos canalizados para o desenvolvimento registaram um aumento significativo a partir dos anos 70 devido a:
- a) Transformações de Estado-nação em ONG;
 - b) Avanço dos movimentos da descolonização, principalmente nas colónias britânicas;
 - c) Muitas ONG's transformaram-se em Organizações de grande escala.
3. Na década 90 a situação das ONG's:
- a) Inverteu-se;
 - b) Tornou-se mais visível;
 - c) Generalizou-se.
4. O ápice da ajuda das ONG's ao desenvolvimento foi atingido nos anos:
- a) 70;
 - b) 80;
 - c) 90.
5. As principais capitais das ONG's internacionais encontram-se localizadas tradicionalmente nas grandes cidades da América e Europa, facto que se justifica:
- a) Pela mistura racial das suas populações;
 - b) Pela primazia deste dois continentes em aderirem a estes movimentos;
 - c) Pela insegurança das cidades situadas nos outros continentes.
6. A infra-estrutura da SCT caracterizava-se pela:
- a) Escala, conexão e propósito;
 - b) Apenas pela escala e conexão;
 - c) Apenas pelo proosito.

Exercícios de Avaliação

1. Localize no tempo e no espaço a gênese da moderna transnacionalização da Sociedade Civil;
2. O que distingue a transnacionalização moderna da antiga?
3. Descreva as três faces da transnacionalização moderna;
4. Caracterize as ONG's durante os anos 80;
5. Justifique a caída da ajuda ao desenvolvimento promovida pelas ONG's nos anos 90;
6. De que forma as ONG's responderam à crise registada nos anos 90?

TEMA – III: SOCIEDADE CIVIL TRANSNACIONAL COMO UNIDADE DE ANÁLISE

UNIDADE Temática 1.1. Sumário e objectivos

UNIDADE Temática 1.2. Sociedade Civil Transnacional como Unidade de Análise

UNIDADE Temática 1.3. EXERCÍCIOS

UNIDADE Temática 1.1. Sumário e objectivos

Caro estudante, este capítulo intenciona trazer no seu banquete os actores da sociedade civil transnacional, trazendo para si alguns aspectos intelectuais, práticas e políticas relacionadas, bem como a história de estudo deste campo. Ira cingir-se a sua natureza interdisciplinar, ou seja a sua relação com as outras disciplinas das ciências sociais.

O objectivo central é do estudante adquirir habilidades de olhar o fenómeno da sociedade civil transnacional enquanto campo que passível de olhar científico.

Ao terminar esta unidade espera-se que tenha habilidades:



Objectivos
específicos

- Possuir a habilidade de analisar os diferentes actores da sociedade civil transnacional;
- Conhecer o percurso histórico do estudo desta disciplina;
- Ter o domínio da interdisciplinaridade no contexto da sociedade civil transnacional com as outras ciências sociais;

UNIDADE Temática 1.2. Sociedade Civil Transnacional como Unidade de Análise

O estudo da sociedade civil começou a ganhar força a duas décadas, ao mesmo tempo, encontra-se enraizado em diferentes tradições e abordagem que cada um busca para encarar a complexidade e a grande variedade de organizações da sociedade civil.

Sector rico em Actividades e Formas Organizacionais

A sociedade civil transnacional envolve todo um conjunto de organizações privadas, voluntárias e não lucrativas, tendo ganhado mais proeminência nos anos recente, nos campos de educação, bem-estar, desenvolvimento comunitário, relações internacionais, meio ambiente, artes e cultura.

Enquanto uma unidade de análise, o campo da sociedade civil transnacional se tornou num tema de ensino e da pesquisa. Embora tratemos deste campo como possuidor de fronteiras claramente delimitadas, em relação ao sector público e o sector financeiro, essas distinções sectoriais são, na prática, bastante insignificantes e fluidos, visto que, estas podem emigrar de um sector para outro, isto é hospitais mudam de público para não-lucrativo, ou de não-lucrativo para o sector de renda; Outros contêm tanto lucro como Centros não lucrativos dentro deles, e programas de responsabilidade corporativa ou empresas.

A acção privada para benefício público, e a sociedade civil é a capacidade auto-organizadora da sociedade,

fora dos domínios da família, mercado e estado. Durante muito tempo, cientistas sociais e políticos foram ignorando este sector em volta do capital social e sociedade civil, e ainda menos à questão das diferentes formas e actividades que têm em comum. O enfoque de muitas ciências sociais, pensamento e formulação de políticas estava em outros sectores, tais como mercados e governos. Por contraste ao campo do governo e dos negócios, analisar a complexa e variada paisagem das instituições não governamentais e as instituições da sociedade civil parecia menos importante e, por vezes, também muito “assustadoras”.

A tarefa de elevação da importância teórica para a compreensão da sociedade e sua política, a partir de áreas como emprego, bem-estar, saúde, educação ou desenvolvimento internacional, começou a ter lugar ao longo das duas últimas décadas do século XX.

Durante este período, o sector não-lucrativo no seu todo tornou-se uma importante força, em paralelo ao aumento da importância económica, passando a gozar de maior reconhecimento nos níveis local, nacional e internacional. Este facto foi impulsionado em parte, pelo crescimento das dúvidas sobre a capacidade do Estado lidar com seu próprio bem-estar, desenvolvimento e problemas ambientais.

Com esta relevância conquistada, analistas políticos passaram a ver os não-lucrativos como elementos estratégicos de um meio caminho entre Políticas que colocam o primado no "mercado" e aqueles que defendem uma maior dependência do Estado. Alguns governos, como os governos de Clinton e Bush, viram uma alternativa de serviços prestados pelo sector público em organizações não-lucrativas, com maior enfoque nas organizações internacionais. Este é o caso mais evidente na chamada "iniciativa baseada na fé", prestação de serviços e assistência aos pobres, ou o programa de vouchers escolares para escolas públicas. Ao nível internacional, instituições como o Banco Mundial, as Nações Unidas e a União Europeia, e muitos países em desenvolvimento estão em equilíbrio entre as abordagens conduzidas pelo Estado e orientadas pelo mercado para o desenvolvimento, mais responsabilidade para com organizações não-governamentais.

Um fenómeno crescente a nível local notabilizou-se, as organizações não-lucrativas tornaram-se parte das

estratégias de capacitação. Numerosos exemplos em todo o mundo mostram como nas zonas rural e urbana usaram as organizações não-lucrativas e comunitárias para desenvolvimento e regeneração. Neste contexto, os representantes de sociedade civil, a nível local, nacional e internacional, se sentam ao lado de líderes políticos e de empresas, ficando cada vez mais envolvidas nos cuidados de saúde, reforma educacional e parcerias público-privadas.

Os casos mais proeminentes incluem a dos prestadores de serviços não lucrativos para os idosos e crianças, o estabelecimento de conselhos comunitários-hospitalares como um meio de modernizar o Serviço Nacional de Saúde, a transformação de activos culturais estatais em museus não lucrativos e a privatização de creches e agências de serviços sociais.

Em vários países, a reforma do maior papel dos não-lucrativos, é apoiada por leis que facilitam sua criação, instalação e funcionamento. No decurso da última década, a maior parte das economias de mercado na Europa, América do Norte e Ásia-Pacífico tiveram um aumento geral da importância das organizações não governamentais como provedoras de serviços de saúde, sociais, educacionais e serviços de muitos tipos. No caso de Moçambique se pode considerar as leis sobre o trabalho voluntário e funcionamento das organizações internacionais.

A nível internacional, observa-se a ascensão de organizações não-governamentais internacionais (ONGIs) e um papel mais amplo no sistema na governação. O número de ONGIs conhecidas aumentou de cerca de 13.000 em 1981 para 47.000 em 2001. Além disso, os vínculos organizacionais formais entre organizações não-governamentais e organizações internacionais, como a Agencia das Nações Unidas para o Desenvolvimento da população (PNUD), a Organização Mundial da Saúde (OMS) ou o Banco Mundial aumentou 46% entre 1990 e 2000 (Glasius et al., 2002: 330).

Portanto, ao nível global, assistiu-se nas últimas décadas à emergência significativa de uma sociedade civil global e transnacional não lucrativas, com estruturas organizacionais complexas que muitos países e continentes (Anheier e Themudo 2002, Anheier et ai. 2001).

Apenas para citar alguns exemplos, inclui-se a *Amnistia Internacional* com mais de um milhão de membros, subscritores e doadores regulares em mais de 140 países e territórios; Os *Amigos da Federação da Terra* conta com

cerca de 5.000 grupos locais e um milhão de membros; A *Agencia Contra Soldados Crianças* estabeleceu parceiros e coalizões nacionais de advocacia, campanhas e educação pública em quase 40 países. A *Care International* é uma ONG internacional com mais de 10.000 profissionais. Seu quartel-general encontra-se nos EUA, sozinha tem renda de cerca de 450 milhões de dólares. A *União Internacional para a Conservação da Natureza* conta com 735 ONGs, 35 afiliados, 78 estados, 112 agências governamentais e cerca de 10.000 cientistas e especialistas de 181 países em uma única parceria mundial.

Todo este progresso faz entender que as organizações não-lucrativas fazem parte das sociedades a partir de industrial para pós-industrial, e a partir de um mundo do Estados-nação para um mundo do transnacional, e mesmo global, em que o nível local, no entanto, perde a sua relevância e independência.

O pleno reconhecimento da imensamente elevada posição e papel das organizações não-lucrativas no início do século XXI é a principal diferença com a última parte do século anterior, quando os não-lucrativos foram descobertos como provedores de serviços humanos em um contexto de bem-estar social. As organizações sem fins lucrativos são hoje vistas como parte da sociedade civil e do sistema das sociedades modernas.

Na complexidade institucional do Estado ou do sector público, por um lado, encontramos o mercado ou o mundo dos negócios, por outro, as organizações sem fins lucrativos, formando um terceiro conjunto de instituições que são privadas, voluntárias e para benefício público. Assim, combinam uma característica-chave do sector público, ou seja, a característica essencial do sector "financeiro", ou seja, o seu sector privado e natureza.

Embora o reconhecimento como um grupo ou sector tenha sido a décadas, as organizações da sociedade civil transnacional têm sido, há muito tempo, parte integrante do desenvolvimento social, económico, e o desenvolvimento político em muitos países - seja nas economias de mercado desenvolvidas da América do Norte, Europa ou Japão, ou nas economias em transição da Europa Central e Oriental, ou nos países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina. O que mais tornou este conjunto de instituições um centro para os debates políticos na maior parte do mundo, em particular desde o fim da Guerra Fria, foi a tentativa de reforma dos sistemas de segurança social, as

prioridades orçamentais do governo e os mercados de trabalho.

Lida esta unidade, existem quatro aspectos principais por ressaltar:

1. O sector não-lucrativo é agora uma importante força económica e social a nível local, nacional e internacional. Sua expansão é impulsionada, entre outros factores, por maiores demandas dos serviços humanos de todos os tipos, as políticas de reforma do bem-estar e de privatização, da democracia e os avanços das tecnologias da informação e da comunicação com subsequentes reduções nos custos de organização;
2. Embora a agenda de pesquisa tenha se expandido significativamente na última década, concretamente pela sociologia e ciência política, nossa compreensão do papel destas instituições é ainda limitada e a cobertura dos dados frequentemente permanece desigual. Considerando que as teorias das instituições, principalmente no campo da teoria económica e organizacional, do capital social e da abordagens da sociedade expandiram a agenda de pesquisa sobre os não-lucrativos.
3. Considerando que, no passado, o sector não lucrativo constituía frequentemente uma terra incógnita da formulação de políticas, passou a ser o foco de grandes políticas e iniciativas. Estes debates políticos terão, sem dúvida, grandes implicações para o futuro dos não-lucrativos em todo o mundo. Poderiam, no final das contas, constituir um conjunto contraditório de expectativas que levam e puxam essas instituições para diferentes direcções.
4. Do mesmo modo, enquanto no passado a gestão das organizações não lucrativas era vista como esotéricas e irrelevantes, e as estruturas organizacionais dos não-lucrativos como triviais, observa-se actualmente um interesse muito maior em entender como as instituições privadas que operam no que o interesse público deve ser gerido e organizado - não só aspectos de modelos e estilos de gestão adequados aos não-lucrativo, mas também as questões de governação, responsabilidade e impacto.

Associações Voluntárias e não Voluntárias

Quando os fundamentos da pesquisa do sector não-lucrativo foram aplicados há pouco mais de duas décadas, teria sido difícil antecipar o crescimento significativo que teria lugar, a importância social, económica e política, mas também o avanço da pesquisa nesta área. De fato, até então, os cientistas sociais tendo dado grande atenção ao sector não-lucrativo e tópicos relacionados, o facto deu emergência a uma agenda activa de investigação desde o início dos anos 80, em especial depois de um cientista social ligado vagamente ao Programa sobre organizações não-lucrativas na Universidade de Yale, entre outros, começaram a abordar o papel das organizações não-lucrativas nas economias de forma sistemática.

O principal interesse do Programa Yale na época era estudar a filantropia americana, e para socorro forma Está Presente e futuro na sociedade americana. No entanto, de forma curiosa, o renovado interesse que eles encorajaram logo relacionado com as linhas de investigação primeiro perseguidas durante o período de fundação da ciência social moderna no século XIX - um intelectual que embora tornando-se mais fino ao longo do tempo, pode ser rastreada até século XX.

De fato, houve começos promissores na maneira como as ciências sociais examinaram aspectos do sector não-lucrativo e identificaram-o como um elemento central da sociedade moderna. Por exemplo, o sociólogo francês Emile Durkheim (1933), ao escrever sobre a divisão social do trabalho, sugeriu que as associações voluntárias servem como "cola social" em sociedades com altos graus de especialização profissional, competição económica e estratificação social.

O sociólogo alemão, Max Weber (1924), por sua vez, cingiu-se no desenvolvimento organizacional e organização como potencialmente instável mas altamente dinâmico e adaptável. Possui um mecanismo que permite equilibrar a "racionalidade-valor", característica típicas das organizações religiosas ou políticas com o "meio-racionalidade" tecnocrático das empresas ou dos órgãos públicos.

O escritor francês Alexis de Tocqueville (1969), viajando pelos Estados Unidos na década de 1830, observou a natureza do governo e da sociedade americanos, e constatou o papel proeminente das associações voluntárias na vida quotidiana dos cidadãos. As associações voluntárias incentivaram a participação e inclusão de pessoas de

diferentes origens, com preferências diferentes, dentro da mesma sociedade.

Na óptica de Tocqueville as associações voluntárias serviram de remédio contra a “tirania da maioria”. Escrevendo um século depois, Arthur Schlesinger (1944), falou da “progênie luxuriante de associações voluntárias” nos EUA. Além disso, sociólogo Lewis Coser (1956) sugeriu que a sobreposição na associação reduz a divisão, conflitos sociais e clivagens de classe, sendo os indivíduos membros de vários grupos de associações, os conflitos na sociedade americana são menos propensos a unir-se, passando de clivagem para classe ou religião.

Mas nenhum “campo” de estudos não-lucrativos ou de sector voluntário como tal emergiu. Economia focada nos mercados e na empresa; Ciência política sobre governo e administração pública; Sociologia em classes sociais, raça e género; E estudos de políticas sobre políticas públicas e Estado de bem-estar social. Os campos transversais e interdisciplinares, como os estudos organizacionais, em empresas ou agências públicas. As escolas de negócios e as escolas de políticas públicas raramente olhavam para as organizações não lucrativas como proeminente.

Contudo, enquanto os temas não lucrativos foram relegados para o pano de fundo da teoria das ciências sociais, um trabalho interessante continuou emergindo, embora sem ser considerado no contexto de um quadro ou abordagem comum: os estudos urbanos começaram a identificar as organizações comunitárias para o sucesso ou fracasso dos processos de planeamento urbano.

Historiadores aprenderam do papel importante desempenhado na inovação social, pesquisa, E avanços educativos; Trabalho social enfatizou a continuidade da relevância da saúde e serviços sociais, apesar da expansão do Estado de Providência; Ciência política reconhecendo o impacto das associações de interesse na formulação de políticas e o significado de movimentos para o processo político; E a sociologia examinou a estreita relação entre status procurando, associação em associações e estratificação social.

Entretanto, predominou uma “visão de mundo de dois sectores”, isto é, o mercado versus estado, em que o modelo da sociedade industrial não foi desafiada até década de 1980 com a crise do Estado de Providência, os limites da acção do Estado resposta dos problemas sociais, o desafio

político do neoliberalismo e o fim da Guerra Fria. O maior interesse nas organizações não lucrativas e no sector não lucrativo pode ser atribuído ao:

- Aumento da sua importância económica nos serviços sociais, nos cuidados de saúde, na cultura e o surgimento de organizações sem fins lucrativos, cada vez mais além dos níveis locais, mesmo através das fronteiras nacionais, combinado com a retirada do Estado no fornecimento de bem-estar e serviços relacionados;
- Abertura de oportunidades políticas para além da convencional política partidária ao nível nacional; E também internacionalmente, como resultado do fim da Guerra Fria e dos Estados Unidos favorecendo um Estado liberal minimalista;
- Surgimento de uma “Nova Agenda de Política”, que enfatizou o papel das ONGs como um sistema emergente de governação global;
- Redução significativa dos custos de comunicação, em especial no domínio das telecomunicações, acesso à Internet, o que aumentou a partilha de informação, reduzindo simultaneamente os custos globais;
- Condições económicas geralmente favoráveis nas principais economias mundiais desde uma expansão considerável das populações que vivem em relativa prosperidade;
- Mudança de valor nos últimos vinte e cinco anos na maioria dos países industrializados que enfatizou as oportunidades e responsabilidades individuais sobre o envolvimento e controlo;
- Grande expansão da democracia na maior parte do mundo, com liberdade de expressão e liberdade para formar associações concedidas na maioria dos países;

O papel dos países em desenvolvimento e dos países desenvolvidos baseia-se numa análise de que os não-lucrativos ou as ONGs são mais eficientes e prestadores de serviços sociais e outros que os governos.

Em suma, o campo moderno de estudos não-lucrativos começou nos EUA, e logo se expandiu rapidamente para as outras partes do mundo, tendo se criado

unidades para o estudo do sector não-lucrativo nas diferentes Universidades e escolas. Verdadeiro boom observou-se em centros dedicados nos EUA, Canadá, Europa, Japão, Austrália e outros países. O campo dos estudos não-lucrativos emergiu como um campo fundamentalmente interdisciplinar.

Embora o impulso teórico inicial nos anos 80 tenha vindo predominantemente da economia e das outras ciências sociais, pontes intelectuais foram construídas rapidamente.

Embora muito tenha sido alcançado, nos últimos anos tanto conceitual como empiricamente, continuam a existir grandes desafios relacionados com o futuro papel das organizações não lucrativas na reforma do bem-estar, relações com o Estado, considerando o aumento da concorrência e substituibilidade com as corporações pro-financeiras e a globalização

UNIDADE Temática 2.3. EXERCÍCIOS

Exercícios de Auto-avaliação

1. A Sociedade Civil Transnacional como unidade de análise:
 - a) Começou a ganhar ímpeto desde tão cedo pelo surgimento do Comité Internacional da Cruz Vermelha;
 - b) É um campo ainda por desvendar;
 - c) Ganhou força a duas décadas aquando de cada abordagem e tradição procurou encarar a complexidade e a grande variedade da Sociedade Civil.
2. Os embriões que deram mais visibilidade científica a SCT comportam:
 - a) Diferentes abordagens e tradições;
 - b) Diferentes áreas tais como educação, política, economia e bem-estar;
 - c) Apenas tradição e abordagens das sociedades Americanas e Europeias.
3. A SCT como unidade de análise significa:

- a) A sua expansão da América do Norte e Europa para as outras partes do mundo;
 - b) A centralidade das sedes das principais organizações internacionais nas grandes cidades Europeias e Americanas;
 - c) Ter se tornado num tema de ensino e pesquisa.
4. A relevância teórica do campo da SCT conquistada durante as ultimas décadas do século XX teve como principal consequência:
- a) O Estado passou a ter um reconhecimento nos níveis local, nacional e internacional;
 - b) Alguns serviços que estavam na responsabilidade do Estado passaram a ser garantidos pelas ONG's, principalmente internacionais;
 - c) Criação de centros e unidades de análise da SCT.
5. Devido a visibilidade das actividades da ONG's:
- a) Os Estados sentiram-se ameaçados e fecharam-se à mão externas;
 - b) Em vários países esta reforma das não lucrativas é apoiada por leis que facilitam a sua criação, instalação e funcionamento;
 - c) Os Estados aumentaram a sua intervenção para melhor competitividade.

Exercícios de Avaliação

1. *Quais são algumas das razões pelas quais o setor não-lucrativo tornou-se mais relevante nos anos recentes?*
2. *Quais poderiam ser algumas das razões para a imensa diversidade de organizações não-lucrativas ?*
3. *Quais são algumas das características que distinguem o sector não lucrativo nas sociedades modernas?*
4. *Por que as ciências sociais prestaram menos atenção às organizações sem fins lucrativos e temas como a sociedade civil e o capital social durante grande parte*

do século XX?

5. *Quais foram os percursores da importância intelectual do sector não-lucrativo, fale das suas contribuições?*
6. *Qual é a localização espacial e temporal do interesse pelo estudo das organizações não lucrativas?*

Bibliografia

O'Neill, M. (2002) Nação não lucrativa: um novo olhar para a Terceira América, 2ª edição, San

Francisco, CA: Jossey-Bass.

Ott, J. S. (ed.) (2001)

A natureza do setor não lucrativo, Boulder, CO: Westview Press.

Powell, W. W. e Steinberg, R. S. (eds.) (A publicar)

O setor não-lucrativo: uma pesquisa

Manual

, 2ª edição, New Haven, CT e Londres: Yale University Press.

Salamon, L. M. (2003)

O setor resiliente: O Estado da América não-lucrativa, Washington, DC:

A Instituição Brookings.

TEMA – IV: OS ACTORES DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

UNIDADE Temática 1.1. Sumário e objectivos

UNIDADE Temática 1.2. Os actores das relações internacionais

UNIDADE Temática 1.3. EXERCÍCIOS

UNIDADE Temática 1.1. Sumário e objectivos

Está-se consciente da diversão que pode aparecer no anfiteatro da mente do leitor ao ouvir falar do termo actor, mas o que se pretende é apenas trazer uma ideia de quem são os indivíduos ou entidades colectivas que participam na sociedade internacional e que possuem objectivos e interesses comuns.

O objectivo central é do estudante conhecer a dinâmica de funcionamento dos actores das relações internacionais.

Ao terminar esta unidade espera-se que tenha habilidades:



Objectivos
específicos

- Possuir a habilidade de analisar os diferentes fenómenos tendo em consideração o perfil dos actores intervenientes;
- Conhecer a natureza dos actores da sociedade civil transnacional;
- Analisar os fenómenos a partir dos diferentes tipos de actores;

UNIDADE Temática 1.2. Os Actores das Relações Internacionais

Alguns autores reduzem os actores das relações internacionais a ideia de governos mundiais (Goldstein e Pevehouse, 2004). Nesta vertente, os actores internacionais podem ser estatais ou não estatais, desde que tenham a capacidade de exercer influencia aos demais actores, bem como a capacidade de participar da interacção da arena internacional. Importa acrescentar desta visão que, os actores das relações internacionais podem também ser entidades, grupos ou indivíduos, com condições de mobilizar recursos necessários para a satisfação dos seus objectivos, mas sem deixar de ter a capacidade de influenciar os outros actores internacionais e possuir uma certa autonomia.

Na óptica de Oliveira (2001, 195-198), os actores internacionais podem ser classificados em três tipos, dentre os quais a natureza *territorial e funcional*, o *grau de importância* e o *grau de autonomia*.

Quanto a *natureza territorial e funcional dos actores*, dum lado engloba-se aqueles agentes que têm sua existência e actuação regulada e limitada pela ocupação de determinado território geográfico ou territorial, como é o caso do Estado. Doutra lado aqueles que actuam eficazmente no desempenho de funções essenciais à sociedade internacional, no caso concreto das organizações internacionais, podem ser, então considerados *actores funcionais*.

Em relação ao *grau de importância*, refere-se a relevância que os diversos actores possuem perante a sociedade internacional como um todo, neste contexto, existem os actores primários ou principais que são os Estados e algumas organizações internacionais supranacionais; e existem também os actores secundários ou de menos porte, constituído pelos demais grupos sociais que actuam na sociedade internacional.

Por fim, o *grau de autonomia*, que refere-se a capacidade dos actores internacionais actuar e tomar decisões nos assuntos da sociedade internacional de maneira autónoma, independente, ou seja, sem interferência de outros actores internacionais. Portanto, segundo o actor acima citado, actor internacional é o ente que interfere consideravelmente na condução de temas internacionais significativos.

Visão Sistémica dos actores das Relações Internacionais

Aqui as relações internacionais são vistas como um conjunto composto por unidades elementares actuantes, desenvolvendo interacções entre si numa estrutura sistémica e meio ambiente. Parte-se do princípio de que as operações ocorrem de forma recíproca dentro de um ambiente interno controlado, onde os dados entram de forma ininterrupta e saem com possibilidade de voltar a entrar, assim funcionando como um sistema global fechado, mas ocupando todo o sistema terrestre. Portanto, o actor das relações internacionais, embora heterogéneo, ocupa uma posição indispensável no funcionamento do sistema internacional como meio pelo qual as relações de força se institucionalizam, e processo pelo qual as decisões internacionais são tomadas.

Em suma, no contexto do sistema internacional não é algo estático, os seus actores são produto das circunstâncias do tempo, visto que as organizações internacionais

em que fazem parte devem ter a capacidade de adaptação em relação as dinâmicas permanentes das relações internacionais (vide Morreira, 2002 e Marcel Merle, 1975).

Saraiva (2007), debruçou-se sobre os actores das relações internacionais em intercâmbio e choques, partindo da ideia do espaço onde este cenário se desenrola. Três características permitem a visibilidade do sistema internacional:

O carácter global e fechado, que resultou do processo de expansão do mundo ocidental iniciado pelas potências portuguesas e espanholas nos séculos XV e que atingiu o limite de todos os fluxos e Estados que compõem o SI no século XX; A heterogeneidade - resultante das diferenças existentes entre os actores que compõe o sistema internacional; e por fim o equilíbrio do poder, proporcionado pelo estabelecimento de uma hierarquia entre os actores internacionais.

Actores Estatais

Fundamentando os actores estatais importa ressaltar a ideia de Saraiva (2007), ao sublinhar as *superpotências ou potências globais* - que detém recursos através dos quais exercem e projectam seu poder de forma multidimensional a nível mundial, o que lhes capacita ao exercício da supremacia, gozando de um grau de autonomia elevado; As *Potências Regionais* - embora com capacidade circunscrita ao nível regional e com menor disponibilidade de recursos relativamente as nações de projecção global, a sua presença é definidora do equilíbrio ou do desequilíbrio em seu espaço geográfico. Detém razoável poder, mas com deficiências de capacitação em algumas áreas; *Grandes Estados Periféricos, Potências Médias e Países Emergentes* - estes possuem uma postura paradoxal, portando paralelamente recursos de poder significativos; e os *Países de baixa projecção global e regional* - estes embora com papel limitado e restrito ao seu espaço físico, possuem politicas externas que alimentam de forma satélite os países dos outros níveis.

Actores não Estatais

Os Estados acima mencionados, embora serem os principais, não são os únicos actores das Relações Internacionais, pois a que contar também com a acção dos actores não estatais.

Os actores não estatais podem ser classificados

em Organizações Internacionais Governamentais e Forças Transnacionais:

- *Organizações Internacionais Governamentais ou Intergovernamentais* - refere-se aos grupos políticos formados por Estados que ganharam impulso no final da Segunda Guerra Mundial em 1945. Estes possuem um antecedente comum, marcado pela Liga das Nações sugeridos no Tratado de Versalhes através dos 14 Pontos do presidente Wilson.
- As Organizações Internacionais Governamentais (OIG's) - funcionam como fóruns multilaterais de aumento dos contactos entre as unidades de políticas e canais alternativos de acção, negociação diplomática e estabelecimento de consensos, através de relações directas entre os Estados que facilitem a mediação de suas relações, a cooperação e a perseguição de objectivos comuns.
- Os actores para conseguir influenciar o sistema internacional, proposto a carta/tratado da sua criação, a medida que os Estados se comprometem, conseqüentemente concordam em abrir mão por parte da sua soberania e a respeitar os princípios que constam da carta/tratado. Este facto proporciona cada vez maior autonomia as organizações internacionais para discutirem e propor políticas, fortalecendo desta forma o seu papel como fórum de negociação e tomada de decisões. Neste contexto fazem parte todos os documentos ratificados por um Estado, como é o caso de Moçambique.
- *As Forças Transnacionais* fazendo também parte dos actores não estatais, distinguem-se por albergar fluxos privados múltiplos ligados à sociedade civil, tais como comunicações, transportes, finanças e pessoas, estes que afectam a política dos Estados de forma positiva ou negativa. Este grupo –é constituído pelas ONG's, Multinacionais, Grupos Diversos da sociedade civil e Opinião Pública Internacional.

No âmbito dos actores que exercem acção sobre o sistema internacional pode-se incluir ainda cinco agentes que podem ser designados por acontecimentos, estes não dependem da sua decisão:

- *A força natural* – que inclui os elementos geográficos, climáticos e de recursos ou matérias-primas. Apesar do avanço tecnológico ter permitido aos homens controlar estes factores naturais por longo tempo, prevalece a independência de certos factores, como é o caso dos terremotos e outros desastres naturais similares, que ao acontecerem influem positiva (irrigação em terras de deserto) ou negativamente (aquecimento global) na vida dos humanos.
- *O factor demográfico* - engloba aos impactos das alterações nos índices populacionais, com maior destaque ao crescimento populacional e os deslocamentos. Enquanto, de forma não inédita alguns países queixam-se da explosão demográfica, há outros que sofrem declínio populacional. O fluxo migratório tem sido acompanhado pela transnacionalização de problemas, tais como o HIV e epidemias de gripes.
- *O factor tecnológico* – marcado pelo avanço tecnológico que sempre acompanhou o progresso das sociedades que se encontram nas posições de destaque no sistema internacional. Este factor, influi pela sua capacidade veloz na redução das relações sociais directas, implicando alterações nos modelos de vida e meios de produção.
- *O factor económico* – estes factores tiveram sempre a tendência de se internacionalizar, influenciando as esferas sociais, produtivas, ideológicas e culturais das sociedades modernas, o que tem vindo a resultar em diferentes formas de divisão de trabalho no panorama internacional.

Pode-se concluir que actores transnacionais entidades que actuam dentro e fora do país de origem, como é o caso das empresas multinacionais, ONG's, organizações intergovernamentais tais como: UA, OPEP, FMI e Banco Mundial. Há também um grupo que se pode designar por actores subestatais, estes actuam dentro do Estado e tentando influenciar a política externa do Estado: os proprietários das empresas, indústrias como de automóveis ou cigarros, os seus produtos são vendidos também no

exterior, reduzindo assim o volume das importações, também fazem parte indivíduos particulares que tem uma influência no teatro ou música internacional.

Guilherme Marques (2008), agrupou os actores das relações internacionais em duas fases temporais, a primeira fase designou por antigos actores internacionais, que engloba a idade média e a sociedade moderna e a segunda fase - novos actores internacionais, engloba o período contemporâneo.

Na primeira fase, resume-se no que o autor designou por *modelo de Vestfália* e os *Estados* como actores das relações internacionais. Tendo sido o período da idade média caracterizado pela influência do poder secular da Igreja e o comando do Papa sobre os príncipes, a Igreja reunia, assim, ao mesmo tempo, o poder secular e temporal, funcionando desta forma como protagonista das relações internacionais. Portanto, o poder da igreja é uma das características fundamentais para se compreender esta primeira fase, já que exercia papel fundamental na estruturação da vida neste período, incluindo as questões políticas.

Pode-se concluir que, o Papa assumia o estatuto de principal actor das relações internacionais do período. Segundo Bedin (2001:47) *“O poder papal penetrou nos diversos sectores da sociedade medieval, impondo-se como o árbitro supremo de todos os seus segmentos, inclusive nas relações internacionais”*. O Papa era uma figura singular que mediava as controvérsias internacionais, coroava os reis e regia a política internacional.

A emergência do Estado-nação e gradual consolidação da sua estrutura de poder e de soberania, as relações internacionais começam a sofrer uma profunda transformação que implicou o paralelo declínio do poder papal, do sistema feudal e sobretudo o império Romano-Germânico, permitindo desta forma a afirmação do Estado Moderno como unidade política soberana e independente. Dada esta viragem, as relações internacionais, tal como conhecemos actualmente, passam a tomar forma, produzindo a sociedade internacional, facto consolidado com a assinatura dos Tratados de Vestfália, em 1648.

Foi em Vestfália onde a ideia de uma sociedade internacional integrada por Estados iguais e soberanos ficou reconhecida. O poder surgido do Estado moderno, apresenta-se na sociedade internacional como

soberano e livre de qualquer vínculo de dependência ou subordinação a outros poderes (como é o caso do poder da igreja).

Com o culminar da reforma protestante e doutro lado a tentativa de impor o catolicismo, uma guerra religiosa e de poder alastra-se por toda a Europa, confrontando-se o grupo que defendia os interesses do catolicismo (Liga Católica) e o grupo que defendia os interesses dos protestantes, englobando os luteranos e calvinistas (União Evangélica). Como resultado da guerra, uma conferência para o fim das hostilidades foi realizada, “Paz de Vestfália”, onde foram assinados onze tratados pelos envolvidos, dos quais estabeleceu-se não só um novo harmonia de poder, mas uma nova regra do jogo das relações internacionais. A partir de então, os Estados seriam o núcleo da sociedade internacional.

Analisando a situação até aqui, percebe-se que a Paz de Vestfália, em 1648, foi um verdadeiro e efectivo divisor entre a sociedade internacional típica da Idade Média, dum lado – centrada no poder da Igreja e no arbitramento do Papa – e a sociedade internacional Moderna, doutro lado – centrada no conceito de soberania dos estados nacionais.

Nesta óptica em debate neste autor, o estudo da política internacional, implica a ausência de um sistema de governo, da mesma forma que o estudo da política doméstica implica a existência de tal sistema. Assim, o sistema internacional é uma realidade anárquica e em conflito, ou seja, não há um poder central e nem sequer regras ou princípios universalmente aceites por todos os Estados e que sejam capazes de regular suas relações, os quais se vêem obrigados a recorrer aos seus próprios recursos para sobreviver, inclusive a força ou a violência.

A segunda fase trazida por Marques (2008), refere-se a sociedade internacional contemporânea, modelo que rompeu com alguns preceitos do modelo vestfaliano, que vinha vigorando até sensivelmente início do século XX.

O novo modelo contemporâneo, sustentado pela emergência dos fenómenos da interdependência e da globalização do mundo, colocou fim ao princípio estatocentrismo, ou seja, o Estado perde a condição de único actor das relações internacionais e passa a dividir o palco do cenário internacional com outros atores.

As relações internacionais contemporâneas, que abrangem o período de século XX e início do século XXI, apresentaram uma configuração comparativamente mais complexa, interdependente e policêntrica, dada a multiplicidade dos seus actores. Nesta ordem de ideia, os Estados perderam a condição de únicos actores internacionais e passaram a partilhar o espaço da sociedade internacional com outros actores, tais como as organizações internacionais, organizações não-governamentais e as empresas transnacionais.

As organizações internacionais², tomaram a dianteira na partilha do palco internacional com os Estados. As primeiras organizações internacionais surgiram no século XIX e tinham como objectivo a cooperação administrativa entre os Estados membros. Tendo sido a Comissão Central de Navegação do Reno, a primeira organização internacional a surgir em 1815, criada no Congresso de Viena realizada no mesmo ano; desta seguiram-se outras, tais como a União Telegráfica Internacional em 1865, a Organização Meteorológica Mundial em 1873 e a União Postal Universal em 1874.

Após a Primeira Guerra Mundial, no Tratado de Versalhes, foram criadas duas organizações internacionais, de carácter distinto daquelas que existiam até aquele momento: a Liga das Nações e a Organização Internacional do Trabalho. A paz era o principal tema da agenda internacional e a Liga das Nações surge com intenção de actuar no âmbito da segurança internacional e da manutenção da paz. Enquanto, a OIT é criada com objectivo de regulamentar as actividades laborais.

As organizações da pós-Primeira Guerra Mundial, sustentam um carácter diferente das primeiras organizações internacionais que portavam um carácter técnico-administrativo, e, por isso, são consideradas as Organizações Internacionais de segunda geração.

Após Segunda Guerra Mundial a Liga das Nações foi transformada em Organização das Nações Unidas (ONU), através da Carta de São Francisco de 1945. Com os mesmos

² associações voluntárias de Estados estabelecidas por acordos internacionais, dotadas de órgãos permanentes, próprios e independentes, encarregados de promover interesses colectivos e capazes de expressar vontade juridicamente distinta daquela de seus membros.

objectivos da Liga, a ONU surge para promover a paz entre os Estados e institucionalizar as relações internacionais. A ONU, até os dias actuais pode ser considerada a principal organização internacional, influenciando de maneira directa em praticamente todos os temas da agenda internacional. A origem da ONU marca o início da terceira geração das organizações internacionais, representando uma verdadeira multiplicação não apenas do número de organismos internacionais, como também nas áreas nos quais os mesmos viriam a actuar.

Durante o século XX, concretamente após a criação das Nações Unidas, o número de organizações internacionais multiplicou-se consideravelmente. Conta-se neste contexto, o surgimento da Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e Fundo Monetário Internacional (FMI), incluindo a Organização das Nações Unidas, abarcando como membros a todos os Estados independentes do mundo.

As acções destas organizações são as dinamizadoras da sociedade internacional, servindo não apenas como fórum de discussões, mas também estabelecendo as pautas de discussão e sendo decisivas no processo de tomada de decisões.

Surgem no mesmo curso as ditas organizações não-governamentais (ONG's), tornando-se num verdadeiro fenómeno e sua actuação efectiva seja através de denúncias, como através de actividades propriamente ditas tornou-se fundamental não apenas internamente nos Estados como também no cenário internacional.

As organizações não-governamentais actuam de maneira independente ou em parceria com Estados e organizações internacionais, agindo em áreas nas quais a ineficácia do Estado está cada vez mais fraca. Desta forma, o fenómeno das ONG's deveu-se ao fato de essas organizações serem capazes de agir concretamente e de maneira imediata em diversos temas da agenda internacional: questões humanitárias, meio ambiente, saúde, educação, direitos humanos, entre diversos outros.

Das ONG's actuates, pode-se destacar a Cruz Vermelha, nas questões de assistência humanitária desde 1863 e a Greenpeace, em questões ambientais desde 1971.

Por fim, as empresas transnacionais são consideradas importantes actores das relações internacionais contemporâneas. As empresas aqui referidas revelam um carácter assente na plurinacionalidade, ou até multinacionalidade, em razão de seu capital social e pela transnacionalidade de seu raio de acção, facto pelo que são tidas como actores desconhecem fronteiras e nacionalidades.

UNIDADE Temática 2.3. EXERCÍCIOS

Exercícios de Auto-avaliação

1. Na óptica de Oliveira, os actores internacionais podem ser classificados em:
 - a) Natureza territorial e política;
 - b) Natureza territorial e funcional, o grau de importância e o grau de autonomia;
 - c) Recursos necessários para o seu funcionamento, capacidade de influenciar e autonomia.
2. Segundo Oliveira, actor internacional é aquele que goza de autonomia:
 - a) Podendo conduzir ao debate internacional qualquer tema;
 - b) Podendo interferir consideravelmente na condução de temas internacionais significativos;
 - c) Podem estar constituídos pelos demais grupos sociais que actuam na sociedade internacional.
3. No contexto dos sistemas, os actores:
 - a) São algo estáticos;
 - b) Devem possuir a capacidade de resistir às dinâmicas ou circunstâncias do tempo;
 - c) Não são estáticas, mas sim dinâmicas, com capacidade de adaptação em relação as circunstâncias do tempo.
4. Uma das características da visibilidade dos actores internacionais resulta:
 - a) Do desequilíbrio do poder entre eles;
 - b) Do carácter global a abertura;
 - c) Da heterogeneidade resultante das diferenças existentes entre os actores que compõe o sistema internacional.
5. Embora a maior parte da acção dos actores depender da decisão particular de cada Estado, existem acontecimentos que extrapolam as vontades destes, como é o caso de:
 - a) Força natural, factor demográfico, factor tecnológico

- e factor económico;
- b) A iniciativa de uma guerra civil, as calamidades naturais e o crescimento demográfico;
 - c) Acontecimentos nas esferas Social, ideológico e cultural.

Exercícios de Avaliação

1. O que é um actor das relações internacionais?
2. Até que ponto o Papa pode ter sido um actor das relações internacionais?
3. Distinga os actores das relações internacionais Estatais dos não estatais.
4. Quais foram as razões que levaram ao declínio da sociedade internacional centrado no poder da Igreja e no arbitramento do Papa?
5. Descreva os actores que passaram a partilhar a sociedade internacional com o Estado na fase contemporânea.
6. Que empresas podem ser consideradas actores das relações internacionais?

<https://introducaorelacoesintl.wordpress.com/2012/11/13/conceitos-e-atores/>

Marques, Guilherme. *Velhos e Novos Actores: As Relações Internacionais de Vestfália ao Século XXI*. Revista Lus Gentium: Teoria e Comércio no Direito Internacional, nº 1, jul. 2008. Brasil

BEDIN, Gilmar Antônio. *A sociedade internacional e o século XXI: em busca da construção de uma ordem mundial justa e solidária*. Ijuí: Unijuí, 2001.

OLIVEIRA, Odete Maria de. *Relações Internacionais: estudos de introdução*. Curitiba: Juruá, 2001.

<http://danielikgirl.blogspot.com/2007/09/os-actores-internacionais-importancia-e.html>

Joshua S. Goldstein e Jon C. Pevehouse, (2004). *International Relations*, 7ª edição, Pearson International Edition.

Adriano Moreira, (2002). *Teoria das Relações Internacionais*, 4ª edição, Coimbra, Almedina

Merle, Marcel (1974). *Sociologie des Relations*

Internationales, Paris.

TEMA – V: A TEORIA DO CONFLITO-FUNDAMENTOS TEÓRICOS

UNIDADE Temática 1.1. Sumário e objectivos

UNIDADE Temática 1.2. A Teoria do Conflito-Fundamentos Teóricos

UNIDADE Temática 1.3. EXERCÍCIOS

UNIDADE Temática 1.1. Sumário e objectivos

O conflito é o fenómeno social mais frequente que se pode esperar em qualquer circunstância da vida em colectividade, desde a simples relação entre dois indivíduos até a complexa relação entre grupos, facto pelo qual o trazemos para este modulo

O objectivo central é do estudante portar habilidades pelas quais poderá analisar as situações de conflito e cooperação que por vezes determinam as dinâmicas dos actores da sociedade civil transnacional.

Ao terminar esta unidade espera-se que tenha habilidades:



Objectivos
específicos

- Conhecer o papel de conflito entre os diferentes actores da Sociedade Civil Transnacional;
- Analisar as situações de conflito e cooperação nas acções dos actores no sistema internacional;
- Compreender o percurso teórico sobre o conflito;
- Analisar os fenómenos concretos da Sociedade Civil Transnacional com base nas visões teóricas do conflito;

UNIDADE Temática 1.2. A Teoria do Conflito-Fundamentos Teóricos

Para trilhar na complexidão existente em volta do fenómeno conflito, torna-se indispensável buscar a ideia de duas faces da moeda, onde dum lado temos a cooperação e doutro o conflito. O primeiro elemento - resulta de formas ideais de interactividade impulsionadas essencialmente pela falta de resistência aos interesses ou direitos de determinados indivíduos ou grupos. Traduz-se, em regra, na aceitação espontânea das obrigações e compreensão exacta da legitimidade do outro para exercer suas atribuições e actuando sobre os bens da vida a ele correlacionados. No entanto, o conflito é a negação a cooperação.

Segundo, Moorde (1998), nenhuma sociedade, comunidade, organização ou relacionamento interpessoal é inacessível ao fenómeno do conflito, visto que experimentam conflitos em um ou outro momento no processo diário de interacção.

O conflito tem origem nas divergências que podem ser resultados de diversas ordens, tais como emocionais, sociais, políticas, ideológicas, familiares e profissionais. A essência do conflito encontra-se imbricada na incontestável existência no tecido social de interesses contrapostos, das desigualdades sociais, da luta pelo poder, da necessidade de êxito económico ainda que mediante a exploração de terceiros, das deficiências comunicativas entre actores, dos valores humanos como direitos legítimos, de expectativas insatisfeitas e escassez de certos bens da vida para utilização por todos.

A necessidade de uma vida colectiva harmónica convencionou-se a criação de normas de convivência capazes de atenuar os actos de conflito e/ou suas implicações. Tornou-se possível através da regulação das relações humanas e aplicação de sanções aos violadores do seu conteúdo, facto do qual os grupos dominantes em vários modelos sociais alcançam um certo consenso doutrinário de que a missão do Direito centra-se na promoção da paz social.

Independentemente das forças influenciadoras do conteúdo normativo do modelo impositivo dos valores e interesses, os detentores de poder numa determinada sociedade ou grupo social sentem a obrigação de fazer prevalecer a cooperação entre os indivíduos e sobretudo harmonizar as relações sociais intersubjectivas, a fim de alcançar a máxima realização dos valores humanos com o mínimo de sacrifício e desgaste.

Não é a mera existência de um conjunto normativo para regular as relações que materializam o ideal de justiça, mas sim, deve ser incluso às funções dos ideais eleitos como importantes e reconhecidos pelo grupo social, assim útil será o catálogo de normas estabelecidas.

Dentro do mesmo contexto anterior, o Estado foi se tornando cada vez mais forte, na qualidade de agente abstracto possuidor da capacidade de organização político-constitucional, com vista a garantir reconhecimento e protecção dos seus concidadãos. Para o efeito recorreu-se ao incremento do poder do Estado em disciplinar as relações privadas e, por consequência, foi se constatando a importância da participação da jurisdição, com órgãos consolidados, dotados de independência e imparcialidade como meio de solução de litígios, dos mais simples aos mais complexos.

Contudo, nem sempre os instrumentos de viabilidade da jurisdição levam ao termo desejado, pois o direito de acção e o processo têm servido, por vezes, de palco de rixas pessoais, íntimas e odiosas. Este facto tem vindo a se agravar, devido a incapacidade dos órgãos responsáveis pela distribuição de justiça não conseguirem acompanhar o processo de globalização que penetra também nos provimentos jurisdicionais.

Em consubstanciação, Baltazar (2007), afirma que a entrada no novo século, e a dramática aceleração do ritmo de mudança global que vivemos, pela queda do Muro de Berlim, levou ao crescimento da consciência de que tais mudanças tendem a ultrapassar a capacidade das teorias formuladas explicarem as alterações ocorridas assim como numa visão prospectiva anteciparem essa mudança.

A já descrita função da jurisdição na resolução de litígios deve ser aprofundada de maneira que, para seu devido alcance seja imprescindível o conhecimento teórico acerca das origens e manifestações práticas do conflito como vector de compreensão exacta do aparecimento do conflito e sua possível solução.

Nesse cenário, é imperioso que o caro estudante compreenda as teorias de conflito, de modo que esteja devidamente habilitado sob a óptica do conhecimento acerca do seu objecto de trabalho para que nele possa intervir adequadamente.

O objectivo último de se ter que dominar as teorias do conflito é a resolução de conflitos mediante a aplicação de técnicas de pacificação em todos os seus distintos procedimentos (sejam eles judiciais ou não).

O campo de Direito cuida essencialmente de algumas formas de resolução, notadamente com maior ênfase à Jurisdição como mecanismo dissipador das contendas, mas importa que se desperte para as demais formas de tratamento da matéria, principalmente aplicados pelos órgãos promotores de políticas públicas judiciais, mediador, árbitro e até mesmo as partes. Um agente, como é o caro estudante, ao conhecer os mecanismos teóricos da natureza e sobretudo manifestação dos conflitos, passa a ser qualificado como sujeito com maior substrato e técnicas das problemáticas que lhe podem ser colocadas. Na óptica de Bobbio (1998), qualquer sociedade ou grupo social pode ser distinguida dos demais pelo tipo de conflito e cooperação que ocorre dentro de si.

Portanto, debruçar-se sobre o estudo do conflito não pode ser encarregue exclusivamente a Ciência do Direito, trata-se de um fenómeno constatável em todas as relações humanas decorrentes da vida em sociedade, as Ciências Sociais, a Psicologia, a Pedagogia, A Ciência da Administração, a História, a Etnografia, a Estatística, Economia e até a Matemática têm buscado justificação teórica da gênese e manifestação do conflito. Assim, esta variação de premissas e abordagens torna complexa o conceito, quanto a própria sistematização teórica e enquadramento metodológico do conflito.

Segundo Moore (1998), nem sempre o conflito é necessariamente ruim, anormal ou disfuncional, ele é um fato da vida. Portanto, o conflito em si não deve ser tido como algo desejável ou indesejável, mas sim como a concretização das diversas fases e facetas que compõe a humanidade e aponta como mais um objecto da cultura de determinado povo.

Principais Perspectivas Teóricas do Conflito

Grande parte da história da humanidade foi dominada pela ideia de que a presença de discordâncias em determinado grupo social era considerado como verdadeiras turbações de uma ordem quase inviolável e que não podia ser perturbada, sendo o conflito entendido como uma patologia social ou manifestação dela. Deveria ser banido a qualquer custo, sob

pena de se permitir que a sociedade caminhasse para sua própria destruição.

Objectivando uniformizar e diferenciar alguns elementos acerca dos conflitos, vários cientistas sociais, tanto no campo da Antropologia, Sociologia e mesmo Ciência Política (esta que se dedicou a prior aos conflitos internacionais). Para estes campos, os conflitos podem ser estudados a partir de sua *dimensão* (quantidade de actores participantes no processo conflituoso em relação ao total da categoria), *intensidade* (a disponibilidade que os sujeitos possuem em negociar ou manter inadiáveis as suas pretensões, alertando-se para o fato que a violência não é um critério válido para a avaliação do grau de envolvimento) e *objectivos*.

O filósofo inglês, Thomas Hobbes, em 1651 publica a obra intitulada "*O Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de uma Comunidade Eclesiástica e Civil*", na qual propõe um modelo de sociedade contratual, discordante à natural, esta evitaria a destruição absoluta do homem, partindo do princípio de que a ausência de uma figura proteccionista (então o Soberano) permitiria através das tensões, competições e desejos, que os homens entrassem num estado de guerra entre si, que acabaria numa eliminação societária. Nesta senda, a ordem torna-se num elemento crucial preventivo do caos, em detrimento do conflito, este que deveria ser evitado, pois, latente ao estado natural do homem, seria a sêmen para o fim do seu próprio obreiro (Filho, 2012).

Sem fugir tanto do pensamento de Hobbes, Augusto Comte, parte da ideia de que o conflito social brota do confronto de concepções sobre o mundo, ou seja, dos modos contraditórios de organizar a mesma sociedade, ou ainda da expressão dos desacordos. Este teórico defende como prevenção à desordem social a eliminação da competição e as ideias opostas.

Na perspectiva do funcionalismo-estrutural, liderado por teóricos como Augusto Comte, Herbet Spencer, Vilfredo Pareto, Èmile Durkheim, Talcott Parsons e Robert Merton, o conflito é necessário, pois desempenha uma função positiva para o curso normal/positivo da sociedade, sendo a harmonia e a coesão atentam contra o consenso moral existente no tecido social, afectando desta forma a estabilidade do sistema. Esta visao parte do pressuposto que as estruturas sociais são interdependentes e estão assentes em valores tido como compartilhados e comuns

a todos os membros, proporcionando de tal forma a referida união.

O conflito importa ser evitado nos casos em que apresenta-se com uma natureza estranha à coesão social e em regra é externo à própria sociedade, devendo ser eliminado, ainda que legitimadas a dominação e exploração para a manutenção do *status quo* da serenidade.

Na visão funcionalista, o conflito reflecte uma disfunção da ordem social, todavia, a solidariedade da parte para com o todo só pode ser obtida a partir da divisão social do trabalho.

Os postulados funcionalistas tentam explicar as instituições sociais – incluindo o conflito – a partir dos seus efeitos em detrimento das causas. Em resumo, o conflito representa uma alteração da normalidade do funcionamento num certo sistema social ou de uma parte dele.

Em oposição a perspectiva funcionalista do conflito, existe uma vertente que dispensa os estudos dos conflitos e suas relações com os grupos sociais. Trata-se das teorias do conflito social, embora organizados em diversas subcategorias, portam de um denominador comum do qual não é o consenso social que garante a coesão das estruturas sociais, mas sim, é da conflitualidade que se garante as devidas evoluções, dinâmicas e estabilidade necessárias à vida social. Os expoentes desta visão incluem Karl Marx, Georges Sorel, John Stuart Mill, Georg Simmel, Ralf Dahrendorf, Alain Touraine e Lewis Coser (Filho, 2012).

Os teóricos do conflito, tanto no ângulo Marxista (que enfatiza a luta de classes como elemento central do conflito, de maneira que se superada a divisão entre classes nenhum outro conflito subsistirá) como na de John Stuart Mill afirmam que a desejada normalidade nunca foi regra em nenhuma sociedade, tal como assumiu o general chinês Sun Tzu de que o principal objectivo da guerra é a paz.

Os postulados básicos das teorias do conflito fundamentam-se na negação da desigualdade como eixo coesivo, pois, segundo seus precursores, por natureza os grupos oprimidos tentarão através do conflito eliminar a desigualdade. Alguns teóricos do conflito portam uma análise de natureza mais intencionalista, como é o caso de Marx Weber e Georg Simmel, o primeiro vê o conflito como fruto de interacção social, advinda da disputa por bens em regime

de escassez, e no acto de se tentar impor uma vontade específica em oposição à do outro. Simmel, por sua vez, influenciado pelos estudos de Immanuel Kant e baseando-se nos estudos microssociológicos, trás o conceito de Sociação, para afirmar o conflito como resultado das interacções sociais, movida por razão assente no conflito de comportamentos e sentimentos assim actuando como mola propulsora do progresso.

O pensamento de Simmel acerca do conflito é muito mais profundo do que se pode aferir numa leitura superficial, este encerra seu conceito como promotor de formas sociais, sendo virtuoso dado que permite que as partes nele envolvidas sejam postas num mesmo patamar de igualdade. Neste processo proporciona, além da sua riqueza de visões e razões psicológicas, uma tensão dos contrastes, cadencia novas situações e arranjos interaccionais.

Em concepções mais modernas, concretamente a partir da segunda metade no século XX, encontram-se análises que levam mais em conta os conflitos de ordem microssociológica, ou seja, nos quais estejam envolvidos sujeitos determinados em contraste à análise mais aberta adoptada pelos teóricos clássicos.

A primeira corrente a destacar é a dos *Condutistas* (mais conhecido por Behaviorismo ou Culturalismo), comandados por Skinner, John Watson e Jacob R. Kantor - centra-se no estudo da psicologia da conduta, isto é, na análise primária do comportamento indivíduo em sobreposição à do conflito. O objecto de estudo desta corrente, de natureza muito mais de Psicologia Social, reside na aprendizagem por condicionamento e a influência do ambiente em que o sujeito encontra-se inserido. Esta escola privilegia a observação do comportamento como factor de análise do indivíduo, consubstanciada pela ideia da não consideração de elementos de ordem psicanalítica ou hereditária que façam alusão ao consciente, processos mentais ou biológicos, não porque não existam, mas em face de serem pertinentes apenas no campo da individualidade de cada ser.

O *behaviorismo* valoriza o papel do estímulo em determinada situação, que por sua vez condiciona a um conjunto de respostas que são denominadas por comportamento. Portanto, o cerne deste pensamento não está em questões de ordem propriamente psíquica, mas sim de reforços dados ao indivíduo, onde o conflito

resume-se num desdobramento do comportamento humano. Assim, mostra-se a possibilidade de prever e evitar conflitos no futuro, assim como perscrutar os tipos de estímulos que expõem a gradação de intencionalidade dos que divergem com a finalidade de escolher a melhor técnica para a composição da controvérsia.

A segunda corrente, constituída pelos autores da *Teoria Macro* (mais conhecida também como clássica) toma como centro de análise o relacionamento entre os indivíduos e as suas influências para a eclosão conflituosa e sua consequente resolução, aliado aos mais diversos factores exógenos ou endógenos do conflito, não meramente de carácter comportamental, como defendiam os conductistas. Portanto, variáveis sociais e outras que envolvam a aplicação da ideia do actor racional são estudadas pelos clássicos, envolvendo não apenas questões comportamentais, mas também conceitos de negociação e oportunidades para a tomada de decisões.

Importa afirmar que uma das principais criações teóricas modernas para os clássicos é a *Teoria dos Jogos*. Embora tenha a sua génese na matemática, após a Primeira Guerra Mundial (1944), e estendida a sua abrangência para análises económicas, mas de forma abundante é aplicada no campo da Administração, Economia, Matemática, Ciências Políticas, Jornalismo e Filosofia. Ocuparam a primazia da sua abordagem John Von Neumann e Oskar Morgenstern e busca subsidiar a tomada de decisões numa situação de conflito.

Diferentemente das perspectivas tradicionais de abordagem do conflito, esta visão complementa a ideia proposta por Detusch, segundo a qual chave do conflito era a incompatibilidade entre actividades, ou seja, o conflito é entendido como a situação na qual dois indivíduos têm que desenvolver sinergias para maximizar seus ganhos, de acordo com certas regras pré-estabelecidas. Recordando que as tradicionais o viam como disputa pelo Poder e Riqueza, tidos como recursos escassos encontradas em Outhwaite e Bottmore e a acepção de Likert e Likert, baseada na busca desejáveis para si, que quando alcançado, impede aos outros de conseguirem o resultado favorável a eles, produzindo, com isto, hostilidade.

Em suma, segundo as teorias de conflito, ao olhar para a sociedade o que é mais visível é um palco de luta/competição/concorrência entre indivíduos,

grupos e instituições sociais, ou ainda entre classes, género, raças, religiões, entre outros. Tal luta não visa a destruição completa dos outros, os dominados, pelo contrário visa apenas domina-los e manter essa posição. A dominação é exercida com recurso a vários mecanismos, dos quais importa referenciar o poder, a autoridade e a coerção. Na visão desta teoria, de uma forma geral, os membros mais poderosos dos grupos ou instituições dominantes estabelecem regras e procedimentos que os possibilitam obter mais sucesso, vantagens e oportunidades em relação a todos os outros, ou seja regras que procuram assegurar que os poderosos continuem a monopolizar o poder, os privilégios e a autoridade.

As teorias de conflito, na sua maioria, convergem na ideia a partir da qual é possível uma ordem social mais equilibrada e mais justa, mas divergem na medida em que para uns a causa primária do mesmo é o sistema capitalista, nesta concepção a perfeição pode ser alcançada por uma revolução rumo a uma fase mais avançada, o socialismo; quando para outros independentemente do sistema capitalista podem surgir desigualdades e que a sua superação também não depende de se ter que abraçar ao socialismo.

Segundo Baltyazar (2007:165) para uma sistematização de abordagens dos conflitos, enquanto teoria explicativa da sociedade, poder-se-á sintetizar que:

- O conflito é um factor de mudança social que estrutura e transforma os grupos ou as sociedades onde se processa;
- Para que o conflito se processe, basta que existam opiniões divergentes dentro de um aglomerado social, ou entre dois indivíduos;
- O conflito está intimamente ligado à estruturação das relações de poder e domínio, e a legitimação dessas mesmas relações e posições daí resultantes;
- O conflito estrutura-se consoante o contexto ou a situação em que se processa, sendo também a sua influência na sociedade condicionada segundo esses factores.

Olhando para o âmbito global, segundo Baltazar (2007:178-180), registou-se ultimamente uma revolução tecnológica no desenvolvimento do armamento nuclear, uma revolução da informação, que reduz o papel da geografia e do

território, um enorme crescimento da interdependência económica e uma emergente sociedade global, na qual existe uma crescente consciencialização acerca de determinados valores e direitos humanos que atravessam as fronteiras nacionais.

Notou-se ainda acentuar a *crise dos Estados soberanos*, com muitos deles a decair para a categoria de *exíguos*, e com a *solidão* a rodear a *superpotência* sobrance, a *sociedade civil* desenvolveu tendências e estruturas transnacionais e transfronteiriças; a *opinião pública mundial*, despontou com resultado evidente na libertação de Timor; *autoridades novas*, para além do Estado, muitas vezes usando apenas o denominado *poder dos sem poder*, e sobem aos extremos da *guerra assimétrica* como acontece com os agentes do terrorismo global.

Neste contexto, os conflitos surgem de uma forma normal e contínua na sociedade humana, mas o mundo actual encontra-se, manifestamente, perigoso como nunca, embora queiramos teimar em defender uma “cultura pacifista”, e em que a ideia de paz se tem transformado numa ideia considerada mesmo obsessiva.

No entanto, a actual situação internacional, tem sido contextualizada com realce para os índices de conflitualidade dos nossos dias, que necessariamente apresenta repercussões no desenvolvimento de estudos sobre a paz e conflitos. Só para ilustrar tal impacto, poder-se-á afirmar que os atentados de 11 de Setembro de 2001, têm provocado a abordagem de novos temas no âmbito das investigações para a paz, tais como:

- Estudos sobre novas guerras e terrorismo;
- Reforço dos estudos dos conflitos;
- Ampliação crítica dos estudos de desenvolvimento;
- Inclusão de novos debates entre modernidade e posmodernidade, temas de género, pós-colonialismo, etc.

UNIDADE Temática 1.3. EXERCÍCIOS

Exercícios de Auto-avaliação

1. O Conflito pode ser percebido como:
 - a) Negacao a cooperacao;
 - b) Forma ideal de interactividade caracterizado por falta de resistência aos direitos de outros indivíduos

- ou grupos;
- c) Simplesmente como as duas faces da moeda.
2. Considerando as potencialidades de algumas sociedades:
- a) São munidas contra a interferência de actos de conflito nas suas interações;
- b) Desenvolvem capacidades de estarem sempre em harmonia em vez do conflito;
- c) Independentemente das potencialidades nenhuma sociedade, comunidade, organização ou relacionamento interpessoal é inacessível ao conflito, ou seja, num ou noutro momento da interacção durante o dia experimenta-se o conflito.
3. A criação de normas de convivência, ou regulamentação das relações humanas acompanhado pela aplicação de sanções serve para:
- a) Eliminação completa e definitiva de actos de conflito;
- b) Aumentar cada vez mais o conflito;
- c) Atenuar os actos de conflito e suas implicações, isto é, alcançar a máxima realização dos valores humanos com o mínimo de sacrifício e desgaste.
4. Descobriu-se ainda a importância da participação da jurisdição com órgãos consolidados, dotados de independência e imparcialidade como meio de solução de litígios, dos mais simples aos mais complexos, assim:
- a) Conseguiu-se que os direitos de acção evitassem por completo o conflito;
- b) Nem com isso chega-se ao termo desejado, visto que o direito de acção e o processo tem servido, por vezes, como palco de rixas pessoais, íntimas e odiosas, facto que se agrava pela incapacidade dos órgãos confiados para a distribuição da justiça não conseguirem acompanhar o processo da globalização que penetra também nos provimentos jurisdicionais;
- c) Pelo contrário, agravou-se mais os actos de conflito.
5. Considerando a tradição, o conflito é:
- a) Exclusivamente tratado pela ciência do Direito;
- b) Exclusivamente do estudo das Ciências Sociais;
- c) Um fenómeno constatável em todas as relações humanas decorrentes da vida em colectividade, podendo ser estudado pelas diferentes ciências, desde ciências Sociais, Administração, Economia, Estatística até a matemática, porque todas tem buscado justificação para a génese e manifestação do conflito.

Exercícios de Avaliação

1. Explique a natureza do conflito da vida colectiva.
2. De que forma se justifica a coesão da vida colectiva, tendo em consideração a indispensável e perene existência do conflito?
3. Qual é a relevância da jurisdição e órgãos consolidados, dotados de independência e imparcialidade, na resolução de litígios?
4. Fundamente a ineficácia dos instrumentos de viabilidade da jurisdição.
5. Qual é a importância do domínio das teorias de conflito por outras áreas além do Direito?
6. Quais são os instrumentos de exercício de poder segundo as teorias de conflito?
7. Qual é o princípio básico de leitura da realidade social a partir da teoria do conflito?
8. Explica a dualidade de divergência e convergência das teorias de conflito.
9. Distinga a visão funcionalista do conflito da defendida pelas teorias de conflito social.
10. Distinga as intensionalidades de pelo menos dois precursores da teoria de conflito social.
11. Qual é o fundamento da teoria do jogo na análise do fenómeno do conflito?
12. Em que se enquadra a teoria de conflito na análise do contexto global?

Moore, Christopher W. (1998). *O Processo de Mediação: Estratégias Práticas para a Resolução de Conflitos*. Trad. Magda França Lopes. 2.ed. Porto Alegre: Artmed.

Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; e Pasquino, Gianfranco (1998). *Dicionário de Política*. trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev.geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais - Brasília : Editora Universidade de Brasília.

Silva, Marcos José Diniz. *O conflito social e suas mutações na teoria sociológica*. In: Revista Electrónica Qualit@s. V.1. N.2. 2011. P.1-12.

Simmel, Georg (1983). *Sociologia*. Organização de Evaristo de Moraes Filho. São Paulo : Ática.

Filho, Humberto Lima de Lucena (2012). *As Teorias do*

Conflito: Contribuições Doutrinárias para uma Solução Pacífica dos Litígios e Promoção da Cultura da Consensualidade. Brasil: Centro Universitário do Rio Grande do Norte-UNI-RN

Baltazar, Maria da Saudade (2007). *(Re)Pensar a Sociologia dos Conflitos: a Disputa Paradigmática entre a Paz Negativa e/ou a Paz Positiva.* Revista Nação e Defesa N.º 116 - 3.ª Série, pp. 157-185

TEMA – VI: SOCIEDADE CIVIL TRANSNACIONAL E GLOBALIZAÇÃO

UNIDADE Temática 1.1. Sumário e objectivos

UNIDADE Temática 1.2. Sociedade Civil Transnacional e Globalização

UNIDADE Temática 1.3. EXERCÍCIOS

UNIDADE Temática 1.1. Sumário e objectivos

Este Tema irá trazer os fundamentos da Globalização bem como da Sociedade Civil Transnacional que numa leitura desatenta correria-se o risco de os confundir.

O objectivo fica o de fazer conhecer as diferenças entre Globalização bem como da Sociedade Civil Transnacional, recorrendo aos fundamentos de cada assunto.

Ao terminar esta unidade espera-se que tenha habilidades:



Objectivos
específicos

- Distinguir a Sociedade civil Transnacional da Globalização;
- Aplicar em cruzamento os dois fenómenos na leitura das situações das sociedades modernas;

UNIDADE Temática 1.2. Sociedade Civil e Globalização

O projecto comparativo do sector sem fins lucrativos, levado a cabo pelo Centro para Estudos da Sociedade

Civil da Universidade Johns Hopkins (1999), parte da ideia da sociedade civil como maior força social, que por si fez-se sentir o seu crescimento nas diferentes partes do mundo. A sociedade civil reflecte milhares de grupos comunitários privados, dentre os quais, clínicas de saúde, escolas, centros de atendimento, organizações ambientais, clubes sociais, organismos de desenvolvimento, instituições culturais, associações profissionais, grupos de consumidores, e outras entidades similares que compõe aquilo que veio a se chamar sector privado sem fins lucrativos, ou simplesmente por sociedade civil.

Embora caracterizando-se por uma enorme diversidade e variação nos diferentes países, as entidades que constituem a sociedade civil transnacional comportam um perfil importante que as torna passíveis de serem tratados como um diferenciado sector social: são todas organizações que operam a margem do sistema Estatal, estas não produzem lucro e os seus membros inscrevem-se por sua livre vontade para possuírem o mesmo propósito.

As ideias de internacionalização da função pública, reorganização das relações internacionais e criação de uma ordem económica mundial para o desenvolvimento sustentável, são as discussões que ocupam actualmente o interesse mundial. Este facto reflecte a tendência à globalização inerente ao capitalismo, e transcorre de modo assíncrono e contraditório. Em outras palavras, uma das principais características do mundo contemporâneo é a globalização económica de mãos dadas com o desenvolvimento de novas formas de solidariedade entre os cidadãos, configurando uma tendência para a constituição de uma sociedade civil global tendo como resultado o enfraquecimento do Estado-nacional. Nesta vertente, Robertson (1994), afirma que a fase actual da globalização, ou seja “fase da incerteza” caracteriza-se pela emergência da sociedade civil mundial e cidadania mundial.

Santos (1995), por sua vez relata que, no mundo observa-se uma emergência de novas formas de acção social transformadora: estes movimentos sociais apresentam novas agendas políticas, centradas em assuntos como ecologia, paz, anti-racismo, anti-sexismo - ao lado das agendas tradicionais de melhoria da qualidade de vida - sobrevivência económica, habitação, terra, bem-estar social e educação. No entanto, encontram-se acoplados a esta visão temas como democracia, cidadania, liberdades, identidade cultural, contra aqueles que constituem a

“herança comum da humanidade”, como é o caso da sustentabilidade da vida humana na terra, meio ambiente global e desarmamento nuclear. Estes movimentos anunciam aquilo que se chama organizações não governamentais transnacionais.

Dum lado, encontramos a globalização dirigida pelos Estados dos países que representam as grandes potências e pelas forças do mercado mundial, doutro lado a globalização encabeçada pelos movimentos democráticos transnacionais movidos pelo objectivo de criar uma sociedade civil global. Baylis, Smith e Owens (1997:17), definem a “globalização como o processo de intensificação das relações sociais mundiais que interligam localidades distantes, meio a partir do qual acontecimentos locais são determinados por eventos que ocorrem num lugar muito distante”.

A definição acima citada, parte do principio de que um simples atentado terrorista num país africano pode ter implicações significantes sobre a percepção do sistema de segurança nos EUA e na União Europeia, da mesma forma que um subsidio agrícola nos EUA e na União Europeia pode ter consequências sobre o agricultor nos países africanos ou outra parte do mundo.

Estas duas posições da globalização estariam em confronto que a uma certa medida corresponderia as esperanças das sociedades (Falk, 1995). Portanto, a sociedade mundial estaria a corresponder para um sistema político mundial, da mesma forma que a sociedade civil mundial que corresponderia para uma função pública mundial: só serão criadas as bases para superar as contradições entre a socialização global e a organização política em Estados nacionais quando as instituições globais começarem a ser receptoras das demandas de uma maioria pobre que se auto-organiza nos actuais países em desenvolvimento.

Para Hein, a tentativa de projectar a ameaça ao meio ambiente mediante uma política de desenvolvimento sustentável pode tornar-se no veículo central para um espaço público global democrático, pois essa tentativa, quando alcançada, implica uma nova ordem económica e social em nível mundial (Hein, 1994).

Quando visível a crise global e conseqüente constatação de que somente o Estado e o mercado não são bastantes para resolvê-la, o papel das ONGs, enquanto organizações da sociedade civil, na construção de alternativas e

de mecanismos de cooperação internacional, tenderá a fortalecer-se.

Alguns estudiosos afirmam que, as ONGs procuram disfarçadamente construir sua identidade política como actores nesse processo de globalização, onde sua participação é ainda irregular. Elas participam fazendo lobby nas grandes organizações internacionais, na ONU, nas organizações multilaterais; participam ajudando na formulação de políticas e de decisão quanto a projectos, mas não estão ainda articuladas e coordenadas para dar uma eficácia política a essa actuação no plano internacional. Por isso, pode-se dizer que as ONGs ainda não são mas tendem a se constituir como actores no processo de globalização, principalmente no que diz respeito à construção de uma nova institucionalização política global.

O desenvolvimento irreversível de actividades não-governamentais em geral, e das ONGs em particular, reflecte a intensificação da permeabilidade das fronteiras nacionais, bem como os avanços nas comunicações modernas. ONGs dispersas geograficamente e organizações comunitárias de base local podem hoje desenvolver agendas e objectivos comuns no plano internacional.

Na óptica de Anheier (2005), tal como todos os assuntos económicos e sociedade o sector sem fins lucrativo torna-se cada vez mais internacionalizado e integrado no processo da globalização. Enquanto muitas organizações continuam nacionais ou regionais o sector não-lucrativo atinge um âmbito cada vez mais internacional, tornando-se em verdadeiros actores globais. A Oxfam, Save the Children, Amnesty International, Friends of the Earth, Cruz Vermelha e Greenpeace tornaram-se “nomes de marca”, e estão entre as organizações não governamentais internacionais que operam em dois ou mais países, com orçamento significativo, influência política e responsabilidade.

A internacionalização do sector não-lucrativo não é um fenómeno recente, pois, durante séculos a Igreja Católica e o Islão têm aspirações e manteve operações de longo alcance.

UNIDADE Temática 2.3. EXERCÍCIOS

Exercícios de Auto-avaliação

1. As organizações da Sociedade Civil embora apresentem-se com enorme diversidade e variação nos diferentes países comportam algo comum que as torna passíveis de serem consideradas um diferenciado sector social:
 - a) Trata-se do facto de possuírem a mesma natureza e objectivo;
 - b) Refere-se ao facto de todas operarem a margem do Estado e estarem baseados no mesmo espaço físico (continente);
 - c) Refere-se ao facto de operarem a margem do sistema estatal, não produzem lucro, os seus membros gozam de liberdade de inscrição.
2. Segundo Robertson, a globalização na sua fase actual caracteriza-se pela:
 - a) Incerteza e emergência do Estado-nação;
 - b) Incerteza e emergência da Sociedade Civil mundial e cidadania mundial;
 - c) Emergência de novas formas de acção social transformadora.
3. A Sociedade Civil Transnacional actual é anunciada segundo Santos:
 - a) Pela globalização económica de mãos dadas com o desenvolvimento de novas formas de solidariedade;
 - b) Pelas novas agendas políticas centradas nos temas como ecologia, paz, anti-racismo, anti-sexismo;
 - c) Pela herança comum da humanidade.
4. A globalização comporta:
 - a) Três movimentos, um dirigido pelos Estados dos países que representam as grandes potências e forças do mercado mundial, outro dirigido pelos movimentos democráticos transnacionais movidos pela ideia de criar um SCT, e por último as dirigidas pelas organizações terroristas;
 - b) Dois movimentos, sendo um dirigido pelos Estados dos países que representam as grandes potências e forças do mercado mundial, e outro dirigido pelos movimentos democráticos transnacionais movidos pela ideia de criar um SCT;
 - c) Um movimento movido por interesses económicos e terroristas.
5. As crises económicas globais:
 - a) Fortalecem o papel da SCT;
 - b) Enfraquecem o papel da SCT;
 - c) Reflectem os efeitos desejados pelos processos da globalização.

Exercícios de Avaliação

1. *Quais são as características que tornam as entidades que constituem a sociedade civil transnacional em um grupo específico?*
2. *Quais são os principais temas que norteiam as ações da sociedade civil transnacional?*
3. *Quais são os quatro assuntos que reflectem interesses da sociedade civil transnacional?*
4. *De que forma a organização da sociedade civil transnacional incorpora-se nos processos de globalização?*
5. *Quais são as três variáveis que reflectem a materialização dos princípios da sociedade civil transnacional?*

Salamon, Lester M., Anheier, H. K., Toepler R. L. Sokolowski, S. (1999). ***Global Civil Society: Dimensions of the Nonprofit Sector*** Baltimore: The Johns Hopkins University– Center for Civil Society Studies.

FALK, Richard. The World Order between Inter-State Law and the Law of Humanity: The Role of Civil Society Institutions. *Cosmopolitan Democracy. An Agenda for a New World Order.* Edited by D.Archibugi and D. Held. Polity Press. Cambridge, UK. 1995.

AVRITZER, Leonardo. Além da Dicotomia Estado-Mercado. *Novos Estudos*, nº 36. São Paulo, 1993.

Baylis, John; Smith, Steve e Patricia Owens. *The Global of World Politics: An Introduction to International Relation.* 5 Ed. Oxford University Press. 1997. 526p

https://books.google.ca/books?id=zKaA3YiUuWAC&printsec=frontcover&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

HEIN, Wolfgang. El fin del Estado-nación y el nuevo orden mundial. *Nueva Sociedad* nº 132. Caracas, 1994.

SANTOS, Boaventura S. *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition.* Routledge. Nova York, 1995.

TEMA – VII: TEORIA DO PODER: COMPONENTES, ELEMENTOS E FACTORES DO PODER

UNIDADE Temática 1.1. Sumário e objectivos

UNIDADE Temática 1.2. Teoria do Poder: Componentes, Elementos e Factores do Poder

UNIDADE Temática 1.3. Instrumentos de Exercício de Poder

UNIDADE Temática 1.4. EXERCÍCIOS

UNIDADE Temática 1.1. Sumário e objectivos

O presente tema está reservado a debruçar-se sobre o fenómeno do poder como parte da análise das situações do sistema internacional.

O objectivo central é do estudante perceber e poder aplicar as teorias de poder na análise dos fenómenos internacionais.

Ao terminar esta unidade espera-se que tenha habilidades:



Objectivos
específicos

- Sobre percursos das teorias de poder;
- Aplicar nas diferentes situações do sistema internacional as teorias de poder;
- Reconhecer os instrumentos pelos quais se exerce o poder;
- Estabelecer o paralelismo entre as relações com as relações de poder.

UNIDADE Temática 1.2. Teoria do Poder: Componentes, Elementos e Factores do Poder

Falar das relações sociais no sistema internacional é falar das relações de poder. O americano Robert Dahl foi um dos que muito cedo deram uma contribuição nos debates sobre o conceito de poder, tendo contribuído principalmente para o campo das ciências políticas. Este definiu o poder como a habilidade de influenciar outras pessoas a tomarem atitudes

que normalmente não tomariam, isto é, A tem poder sobre B, na medida em que ele pode obrigar B a fazer algo que B de outra forma não faria. Dahl sustenta que a sua definição pode ser aplicada para analisar o poder dos actores políticos em uma determinada esfera, como é o caso da influência exercida por algumas entidades norte-americanas sobre questões de política externa (Dahl, 2005).

Na perspectiva de Dahl o poder político nos Estados Unidos é pluralista, dum lado distribuído de forma desigual, doutro lado estava também disperso entre vários grupos em competição uns com os outros.

Há que destacar, que na óptica de Weber (2005), o poder resume-se na possibilidade de obter obediência a uma ordem determinada, obediência esta que pode ser condicionada pela situação de interesses ou movido pela questão das vantagens e desvantagens por parte de quem obedece.

Segundo Weber, o poder pode se servir do simples costume; ou ainda justificado razões puramente afectivas. Quer nos governantes assim como nos governados, o poder acostuma assentar a prior em razões jurídicas, ou seja, razões da sua legitimidade, sendo que, o comprometimento desta fé legitimadora pode levar a consequências desastrosas.

Na óptica de Weber pode-se distinguir três fontes de poder³:

1. *O poder legal* - em virtude de estatuto. O tipo mais puro é o poder burocrático. A ideia fundamental é que, através de um estatuto arbitrário formalmente correcto, se podia criar qualquer direito e alterar opcionalmente o existente. A associação de poder é ou escolhida ou imposta; ela própria e todas as suas partes são empresas. Uma empresa (parcial) heterónima e heterocéfala deve ter o nome de autoridade(s). O corpo administrativo consiste em funcionários nomeados pelo senhor, os súbditos são membros da associação (“cidadãos”, “camaradas”).

Não se obedece à pessoa, em virtude do seu direito próprio, mas da regra estatutária que determina a quem e enquanto se lhe deve obedecer. Quem ordena obedece também, ao promulgar uma ordem, a uma regra: à lei ou ao “regulamento”, a uma norma formalmente abstracta.

³ Max Weber (2005)

O tipo daquele que ordena é o “superior”, cujo direito governativo é legitimado pela regra estatutária, dentro de uma “competência” objectiva, cuja limitação se funda na especialização segundo a teleologia objectiva e segundo as pretensões profissionais de desempenho do ofício.

O tipo do funcionário é o funcionário especializado instruído, cuja situação de serviço assenta no contrato, com salário fixo, gradual de acordo com a categoria do ofício, não segundo a medida do trabalho, e com o direito a reforma segundo regras fixas da promoção. A sua administração é trabalho profissional em virtude da obrigação oficial objectiva; o seu ideal é ordenar, “sine ira et studio”, sem qualquer influência de motivos pessoais ou interferências emocionais, sem arbítrio e imprevisibilidade, sobretudo “sem acepção da pessoa”, de um modo rigorosamente formalista, segundo regras racionais e – onde estas falham – segundo pontos de vista de praticabilidade “objectivos”. A obrigação de obedecer é gradual numa hierarquia de ofícios com a submissão dos inferiores aos superiores e com processos de recurso regulamentados. A base do funcionamento técnico é: a disciplina empresarial.

a. No tipo do poder “legal” inclui-se, naturalmente, não só a estrutura moderna do Estado e da comunidade, mas também a relação de domínio na empresa capitalista privada, numa associação de fins ou união de qualquer espécie, que dispõe de um numeroso corpo administrativo e hierarquicamente articulado. As modernas associações políticas são apenas os representantes mais proeminentes do tipo. O poder na empresa capitalista privada é, sem dúvida, parcialmente heterónimo:

O ordenamento é, em parte, estatalmente prescrito - e, em relação ao corpo coercivo, inteiramente heterocéfalo: o corpo judicial estatal e o corpo policial cumprem (normalmente) estas funções – mas são autocéfalos na sua organização administrativa cada vez mais burocrática.

Que a entrada na associação se siga formalmente de um modo livre em nada altera o carácter do poder, pois a notificação é também formalmente “livre”, e isto sujeita normalmente os governados às normas empresariais, devido às condições do mercado de trabalho; a afinidade sociológica do carácter do poder com o moderno poder

estatal tornará ainda mais saliente a discussão dos fundamentos económicos da dominação.

A validade do “contrato” como base inscreve a empresa capitalista num tipo proeminente da relação de poder “legal”.

b. A burocracia é o tipo tecnicamente mais puro de poder legal, mas nenhum poder é só burocrático, isto é, gerido apenas mediante funcionários contratualmente recrutados e nomeados. Tal não é possível.

As cúpulas mais altas das associações políticas são ou “monarcas” (governantes carismáticos por herança, cf. adiante) ou “presidentes” eleitos pelo povo (portanto, senhores carismáticos plebiscitários, cf. adiante) ou eleitos por uma corporação parlamentar, onde, em seguida, os seus membros ou, melhor, os líderes, mais carismáticos ou mais notáveis (cf. adiante), dos seus partidos predominantes, são os senhores efectivos.

Também quase em nenhum lado é, de facto, o corpo administrativo puramente burocrático, mas nas mais variadas formas, em parte os notáveis, em parte os representantes de interesses costumam participar na administração (sobretudo, na chamada auto-administração).

Decisivo é, porém, que o trabalho contínuo assente de modo preponderante e crescente nas forças burocráticas. Toda a história da evolução do Estado moderno se identifica, em especial, com a história do funcionalismo moderno e da empresa burocrática (cf. adiante), tal como toda a evolução do moderno capitalismo avançado se identifica com a crescente burocratização da empresa económica. A participação das formas burocráticas do governo aumenta em toda a parte.

c. Por último, em relação ao poder legal, a burocracia não é o único tipo de poder legal. O funcionalismo por turnos, por sorte e por escolha, a administração parlamentar e por comissões e todas as espécies de corpos colegiais de governo e administração aqui se inscrevem, na suposição de que a sua competência se baseia em regras estatutárias e o exercício do direito governativo corresponde ao tipo da administração legal.

Na época da emergência do Estado moderno, as corporações colegiais contribuíram de modo muito essencial para o desenvolvimento da forma legal de poder, e a elas deve o seu aparecimento sobretudo o conceito de “autoridade”. Por outro lado, o funcionalismo por eleição desempenha um grande papel na pré-história da moderna administração por funcionários (e também hoje nas democracias).

2. *Poder tradicional* – este ocorre em virtude da fé na santidade dos ordenamentos e dos poderes senhoriais desde sempre presentes. O tipo mais puro é a dominação patriarcal. A associação de poder é a agremiação, o tipo de quem manda é o “senhor”, o corpo administrativo são “servidores”, os que obedecem são os “súbditos”. Obedece-se à pessoa por força da sua dignidade própria, santificada pela tradição: por piedade.

O conteúdo das ordens é vinculado pela tradição, cuja violação inconsiderada por parte do senhor poria em perigo a legitimidade do seu próprio poder, que assenta apenas na sua santidade. Criar um novo direito em face das normas tradicionais surge, em princípio, como impossível. Na realidade, tem ele lugar mediante o “conhecimento” de uma proposição como “valendo desde sempre” (através da “profecia”).

Pelo contrário, fora das normas de tradição, a vontade do senhor está vinculada apenas por limites que o sentimento de equidade traça no caso singular, portanto, de modo extremamente elástico: o seu poder divide-se, pois, numa região estritamente cimentada pela tradição e noutra da livre graça e arbítrio, em que ele governa segundo o agrado, a afeição, a aversão, e sobretudo também mediante favores pessoais a pontos de vista influentes. Mas na medida em que à administração e à arbitragem de conflitos estão subjacentes princípios, são eles os da sensatez ética material, da justiça ou da praticabilidade utilitarista, não os de natureza formal, como no poder legal.

De igual modo procede o seu corpo administrativo. Consiste este em dependentes pessoais (elementos ou funcionários domésticos) ou em parentes ou amigos pessoais (favoritos) ou naqueles que estão obrigados pelo vínculo pessoal de fidelidade (vassalos, príncipes tributários). é inexistente o conceito burocrático da “competência” enquanto esfera de

responsabilidade objectivamente delimitada. O âmbito do “legítimo” poder de mando dos servidores individuais rege-se segundo o bel-prazer singular do senhor, ao qual eles estão de todo sujeitos relativamente à sua aplicação nos papéis mais importantes ou de categoria mais elevada. Na realidade, rege-se em grande parte por aquilo que os domésticos se podem permitir em face da obediência dos súbditos.

Não é a obrigação nem a disciplina oficiais efectivas que regulam as relações do corpo administrativo, mas a fidelidade pessoal dos servidores.

Entretanto, há que atender, no tipo da sua posição, a duas formas caracteristicamente diferentes:

- a. A estrutura puramente patriarcal da administração: os servidores estão na total dependência pessoal do senhor, ou são recrutados de modo puramente patrimonial – escravos, servos, eunucos – ou extra patrimonial a partir de estratos não de todo desprovidos de direitos - voritos, plebeus - sua administração é inteiramente heterónima e heterocéfala; no seu ofício, não há nenhum direito próprio dos que administram, mas também não qualquer selecção especializada e nenhuma honra do funcionário em virtude da sua condição social; os meios administrativos objectivos são inteiramente controlados para o senhor na sua própria gestão. Na dependência plena do corpo administrativo em relação ao senhor falta toda a garantia contra o arbítrio senhorial, cuja extensão possível é, aqui, máxima. O tipo mais puro é o poder sultânico.

Todos os verdadeiros regimes “despóticos” têm este carácter, no qual o domínio é tratado como um vulgar direito de propriedade do senhor.

- b. A estrutura segundo ordens (estamentos): os servidores não são servidores pessoais do senhor, mas pessoas independentes, de valor e proeminência social em virtude da sua própria posição; são agraciados (realmente ou segundo uma ficção de legitimidade) com o seu ofício por privilégio ou concessão do senhor, ou têm mediante uma transacção legal (compra, penhor, renda) um direito seu, não arbitrariamente dirimível, ao cargo por eles apropriado [adquirido], a sua administração é correlativa, embora limitada, autocéfala

e autónoma, os meios objectivos de administração encontram-se sob o seu controlo, não do senhor: domínio de ordens.

A concorrência dos detentores do cargo em torno da esfera do poder dos seus ofícios (e das suas receitas) condiciona, em seguida, a delimitação recíproca, quanto ao conteúdo, das suas esferas administrativas e está no lugar da “competência”. A articulação hierárquica é, muitíssimas vezes, furada pelo privilégio (non evocando, non appellando). Falta a categoria da “disciplina”. A tradição, o privilégio, as relações feudais ou patrimoniais de fidelidade, a honra ligada à ordem e a “boa vontade” regem as relações globais.

O poder dos senhores está, portanto, dividido entre o senhor e o corpo administrativo por apropriação e privilégio, e esta divisão do poder por ordens estereotipa em grau elevado a natureza da administração. O domínio patriarcal (do pai-de-famílias, do chefe de clã, do “pai do povo”) é apenas o tipo mais puro do poder tradicional. Todo o tipo de “governo” que reclama com êxito uma autoridade legítima, unicamente em virtude do costume implantado, pertence à mesma categoria e só não apresenta um cunho tão claro.

A piedade instilada pela educação e pelo costume na relação da criança ao chefe de família é o mais típico contraste, por um lado, com a situação de um trabalhador contratualmente assalariado numa empresa, por outro, com a relação emocional de fé de um membro da comunidade a um profeta. E a associação doméstica é também, de facto, uma célula nuclear das relações tradicionais de poder. Os “funcionários” típicos do Estado patrimonial e feudal são funcionários domésticos com tarefas ligadas apenas à manutenção da casa (mordomo-mor, camareiro, marechal, copeiro, senescal e regente).

A coexistência das esferas fortemente ligadas pela tradição e das esferas livres da acção é comum a todas as formas tradicionais de poder. No seio destas esferas livres, a acção do senhor, ou do seu corpo administrativo, deve ser comprada ou alcançada através de relações pessoais. (O sistema de taxas tem aqui uma das suas origens.)

A ausência decisivamente importante do direito formal e, em vez dele, o domínio de princípios materiais na administração e na arbitragem dos litígios é, de igual modo, comum a todas as formas tradicionais de poder e tem, em especial, consequências de longo alcance para a relação com a economia.

O patriarca, tal como o soberano patrimonial, governa e decide segundo os princípios da “justiça do cádi”: por um lado, ligada fortemente à tradição, mas na medida em que esta vinculação permite uma liberdade, segundo pontos de vista informais e irracionais de equidade e de justiça do caso singular, e decerto também “em consideração da pessoa”. Todas as codificações e leis do soberano patrimonial respiram o espírito do chamado “Estado de benefícios”: uma combinação de princípios ético-sociais e de princípios utilitarístico-sociais domina e imbuí toda robustez formal do direito.

A separação entre a estrutura patriarcal e a estrutura por ordens de poder tradicional é fundamental para toda a sociologia do Estado da época pré-burocrática. (No seu âmbito total, o contraste só se torna compreensível em conexão com a sua ulterior vertente económica, ainda a discutir: separação do corpo administrativo dos meios materiais de administração ou apropriação dos meios objectivos de administração pelo corpo administrativo.)

A questão plena de se e que “ordens” houve como portadores dos bens culturais ideais está assim, em primeira linha, historicamente condicionada. A administração por meio de dependentes patrimoniais (escravos, servos), como se encontra no Próximo Oriente e no Egipto até ao tempo dos Mamelucos, é o tipo mais extremo e, aparentemente (nem sempre de facto), o mais consequente do domínio puramente patriarcal, sem quaisquer ordens. A administração por meio de plebeus livres encontra-se relativamente perto do funcionalismo racional.

A administração por letrados pode, quanto ao seu cunho, ter um carácter muito diferente (contraste típico: os brâmanes frente aos mandarins e, por seu turno, ambos frente aos clérigos budistas e

cristãos). Mas aproxima-se sempre mais do tipo de ordens (estamentos). Este é representado, com toda a clareza, pela administração aristocrata, na forma mais pura pelo feudalismo, que põe a relação de fidelidade inteiramente pessoal e o apelo do cavaleiro agraciado com o ofício à honra da sua ordem no lugar da obrigação oficial objetivamente racional.

Todos os tipos de domínio das ordens, baseada na apropriação mais ou menos fixa do poder administrativo, se encontram numa situação mais próxima do patriarcalismo e do domínio legal do que aqueles que, em virtude de garantias, rodeiam os poderes dos privilegiados, têm o carácter de um “título legal” muito particular (consequência da “divisão do poder” das ordens), ausente nas formas patriarcais com as suas administrações inteiramente sujeitas ao arbítrio do senhor. Por outro lado, a apertada disciplina e o inexistente direito próprio do corpo administrativo no patriarcalismo acercam-se mais, tecnicamente, da disciplina oficial da dominação legal do que a administração das formas das ordens, repartida e, portanto, estereotipada mediante a apropriação, e a utilização de plebeus (juristas) no serviço dos senhores na Europa tornou-se justamente o predecessor do Estado moderno.

3. Poder carismático - mediante a dedicação afectiva à pessoa do senhor e aos seus dons gratuitos (carisma), em especial: capacidades mágicas, revelações ou heroísmo, poder do espírito e do discurso. O eternamente novo, o fora do quotidiano, o nunca acontecido e a sujeição emocional são aqui as fontes da rendição pessoal.

Os tipos mais puros são a autoridade do profeta, do herói guerreiro, do grande demagogo. A associação de domínio é a agremiação na comunidade ou o séquito. O tipo daquele que ordena é o chefe. O tipo de quem obedece é o “discípulo”. Obedece-se, com toda a exclusão, de modo puramente pessoal ao chefe por mor das suas qualidades pessoais, fora do habitual, não por causa da posição estatutária ou da dignidade tradicional. Portanto, também só enquanto estas qualidades lhe são atribuídas: o seu carisma preserva-se mediante a sua demonstração. Quando ele é “abandonado” pelo seu deus, ou despojado da sua da força heróica e da fé das massas na sua qualidade de chefia, desvanece-se o seu poder.

O corpo administrativo é escolhido segundo o carisma e a dedicação pessoal: não, por contraste, segundo a qualificação profissional (como o funcionário), nem segundo a ordem (como o corpo administrativo estamental), nem segundo a dependência doméstica ou outra dependência pessoal (como, por contraste, o corpo administrativo patriarcal). Está ausente o conceito racional da “competência” e também o conceito de “privilégio”, peculiar às ordens. Para o âmbito da legitimação do seguidor ou discípulo indigitado é determinante apenas a missão do senhor e a sua qualificação carismática pessoal. à administração – na medida em que este nome é adequado – falta toda a orientação por regras, quer estatutárias quer tradicionais. Caracteriza-a a revelação imediata ou a criação imediata, a acção e o exemplo, a decisão de caso a caso, portanto – avaliada segundo o critério dos ordenamentos estatutários – irracional.

Não está ligada à tradição: para os profetas vale o “está escrito, mas eu digo-vos”; para os heróis guerreiros esbatem-se os ordenamentos legítimos frente à nova criação em virtude do poder da espada; para o demagogo, graças ao “direito natural” revolucionário por ele proclamado e sugerido.

A forma genuína da carismática norma jurídica e da arbitragem dos conflitos é a proclamação da sentença pelo senhor ou pelos “sábios” e o seu reconhecimento pela comunidade (de armas ou de fé), que é obrigatório, no caso de não surgir uma norma concorrente de outro com a pretensão à validade carismática. Neste caso, ocorre uma luta de chefes a decidir, em última análise, só mediante a confiança da comunidade; nela o direito só pode existir num lado, e no outro, a injustiça sujeita à reparação.

- a. O tipo do poder carismático foi desenvolvido, de modo brilhante, primeiro, por R. Sohm no seu direito eclesiástico para a comunidade cristã primitiva - ainda sem saber que se tratava de um tipo puro a expressão foi, desde então, utilizada de muitos modos, sem o conhecimento do alcance. –

O passado mais antigo, além de enunciados menores de poder “estatutário” que, sem dúvida, de nenhum modo estão de todo ausentes, conhece a divisão do conjunto de todas as relações de domínio em tradição e carisma. Ao lado do “chefe

económico” (Sachem) dos índios, uma figura essencialmente tradicional, encontra-se o chefe guerreiro carismático (que corresponde ao alemão “Herzog”) com o seu séquito. As expedições de caça e de guerra, que exigem um chefe munido pessoalmente de qualidades fora do habitual, são os lugares da chefia mundana, a magia é o lugar “espiritual” da chefia carismática. Desde então, o poder carismático sobre os homens atravessa os séculos com os profetas e os chefes guerreiros de todas as épocas.

O político carismático – “demagogo” – é o produto da cidade-Estado ocidental. Na cidade-Estado de Jerusalém emergiu ele apenas na indumentária religiosa, como profeta; a constituição de Atenas, pelo contrário, foi, desde as inovações de Péricles e Efialtes, inteiramente talhada para a sua existência, e sem ela a máquina estatal não funcionaria um só instante.

- b. O poder carismático assenta na “fé” no profeta, no “reconhecimento” que o herói guerreiro carismático, o herói da rua ou o demagogo pessoalmente encontra e que com ele se desvanece. De igual modo, não deriva a sua autoridade, por exemplo, deste reconhecimento pelos governados. Mas, ao invés, a fé e o reconhecimento surgem como obrigação, cujo cumprimento o carismaticamente legitimado para si exige, e cuja infração ele vinga. O poder carismático é, decerto, um dos grandes poderes revolucionários da história, mas, na sua forma mais pura, é de carácter plenamente autoritário, dominador.
- c. É evidente que a expressão “carisma” se usa aqui num sentido de todo axiologicamente neutro. O acesso de raiva do “berserker” nórdico, os milagres e as revelações de qualquer profecia evasiva, os dons demagógicos de Cléon são, para a sociologia, um “carisma” tão bom como as qualidades de Napoleão, Jesus, Péricles. Pois, para nós, é apenas decisivo se eles apareceram e agiram como carisma, isto é, se encontraram reconhecimento. Para tal, o pressuposto fundamental é a “comprovação”: pelo milagre, pelo êxito, pela prosperidade do séquito ou dos súbditos deve o senhor carismático comprovar-se como “por graça de Deus”. Só surge

como tal enquanto pode. Se o êxito lhe é recusado, vacila o seu domínio.

O conceito carismático da “graça de Deus” teve, onde ele existiu, consequências decisivas. O monarca chinês estava ameaçado na sua posição logo que a seca, a inundação, o insucesso no campo de batalha ou outras desgraças deixavam transparecer como incerto se ele estava na graça do céu. Auto-acusação e penitência públicas, em desgraças persistentes: ameaçavam-no a deposição e, eventualmente, a imolação. A abonação pelo milagre é exigida a cada profeta (ainda a Lutero pelos habitantes de Zwickau). Também a existência da maior parte das relações de poder, legais segundo o seu carácter básico, assenta, tanto quanto na sua estabilidade se expressa a fé legitimadora, em fundamentos mistos.

O costume tradicional e o “prestígio” (carisma) coadunam-se com a fé - em última análise, também implantada - no significado da legalidade formal: o abalo de um deles por exigências inabituais, em face da tradição, feitas aos governados, por um infortúnio extraordinário que aniquila o prestígio, ou pela infracção da correcção legal formal habitual, faz vacilar em igual medida a fé legitimadora.

Em todas as relações de poder é decisivo, para a consistência incessante da obediência efectiva dos governados, sobretudo o facto da existência do corpo administrativo e da sua acção incessante, dirigida à execução dos regulamentos e à coacção (directa ou indirecta) da sujeição à autoridade. A garantia desta acção, que leva a cabo o domínio, é o que se pretende dizer com a expressão “organização”. Por seu turno, para a lealdade ao senhor, tão importante em toda a parte, do corpo administrativo é decisiva a sua solidariedade de interesses com o senhor - tanto do ponto de vista ideal como material.

Às relações do senhor com o corpo administrativo aplica-se, comumente, esta proposição: que, em geral, em virtude do isolamento dos membros desse corpo e da solidariedade de cada membro com ele, o senhor é o mais forte frente a todo o indivíduo que se opõe, mas é, em seguida, o mais fraco em

face de todos no seu conjunto, quando eles - como por vezes fizeram numerosas categorias de pessoal do passado e do presente - se associam. Mas necessita-se de uma aliança planeada dos membros do corpo administrativo para, graças à obstrução ou à medida oposta consciente, se paralisar a influência do senhor sobre o agir associativo e, deste modo, o seu domínio. E igualmente se necessita da criação de um corpo administrativo próprio.

- d. O poder carismático é uma relação especificamente inabitual, uma relação social puramente pessoal. Na existência contínua, mas não mais tarde do que com a remoção do portador pessoal do carisma, a relação de domínio - no último caso, então, se ela se não extingue de imediato, mas de qualquer modo persiste e, portanto, a autoridade do senhor passa para os sucessores – tem a tendência para se banalizar:

- Mediante a tradicionalização dos ordenamentos. Em vez da nova criação carismática incessante no direito e nos decretos administrativos pelo portador do carisma ou pelo corpo administrativo carismáticamente qualificado surge a autoridade dos preconceitos e das precedências, que eles criaram ou que lhes foram atribuídos;

- Mediante a transição do corpo administrativo carismático, o discipulado ou o séquito, para um corpo legal ou de ordens, pela aceitação de direitos governativos internos ou apropriados por privilégio (feudos, prebendas);

- Através da remodelação do sentido do próprio carisma. Para tal é decisivo o tipo de solução da questão candente do problema da sucessão a partir de razões ideais e (muitas vezes, sobretudo) materiais. Esta é possível de modos diferentes: a simples espera passiva da emergência de um novo senhor carismáticamente acreditado ou qualificado costuma ser substituída pelo procedimento activo em vista da sua obtenção, sobretudo quando o seu aparecimento se faz esperar e fortes interesses, seja qual for a sua natureza, estão ligados à persistência da associação de domínio.

e. Pela demanda de características da qualificação carismática. Um tipo razoavelmente puro: a busca do novo Dalai Lama.

O carácter fortemente pessoal, inabitual, do carisma converte-se numa qualidade determinável segundo regras.

f. Pelo oráculo, pela sorte ou por outras técnicas da designação. A fé na pessoa do carismaticamente qualificado transforma-se assim em fé na técnica em causa.

g. Pela designação do carismaticamente qualificado:

- Pelo próprio portador do carisma: designação dos seguidores, uma forma muito frequente, tanto nos profetas como nos chefes guerreiros.

A fé na legitimidade própria do carisma muda-se assim em fé na herança legítima do poder, em virtude da designação jurídica e divina.

- Pelo discipulado ou séquito carismaticamente qualificado sob a adição do reconhecimento por parte da comunidade religiosa e/ou militar. A concepção como direito de “escolha” ou de “eleição preliminar” para este procedimento é secundária. Este conceito moderno deve de todo evitar-se. Segundo a ideia originária, não se trata de uma “votação” acerca dos candidatos à eleição, entre os quais existe uma escolha livre, mas de um estabelecimento e reconhecimento do senhor “genuíno”, do senhor chamado à sucessão enquanto carismaticamente qualificado. Uma “falsa” escolha era, portanto, uma injustiça a expiar.

Eis o postulado essencial: deveria ser possível intentar a unanimidade, o contrário seria um erro e uma fraqueza. Vigorava então, em cada caso, a fé, não já na pessoa só enquanto tal, mas na pessoa do senhor “genuína” e “validamente” designada e (eventualmente entronizada) ou, aliás, indignada para o poder, à maneira de um objecto de posse.

- Pelo “carisma hereditário” na concepção de que a qualificação carismática residia no sangue. O pensamento, óbvio em si, é sobretudo o de um

“direito hereditário” ao poder. Esta ideia só se tornou predominante no Ocidente, na Idade Média. Múltiplas vezes, o carisma é inerente apenas ao clã e somente o novo portador imediato deve ser estabelecido de modo particular - segundo uma das regras e dos métodos mencionados entre a)-c), onde, relativamente à pessoa, existem regras fixas, estas não são uniformes. Só no Ocidente medieval e no Japão é que se impôs de um modo inteiramente unívoco o “direito de primogenitura” na coroa, em grande parte para o aumento da estabilidade do domínio local, pois todas as outras formas levam a conflitos internos.

A fé já se não põe então só na pessoa enquanto tal, mas no “legítimo” herdeiro da dinastia: o carácter só imediato e extraordinário do carisma é transformado de um modo muito fortemente tradicionalizante e altera-se também de todo, no seu sentido, o conceito da “graça de Deus” (= senhor por pleno direito próprio, não em virtude do carisma pessoal reconhecido pelos governados). A pretensão dos senhores é, em seguida, totalmente independente das qualidades pessoais.

- Por meio da banalização ritual do carisma: a fé de que existe uma qualidade mágica transferível ou gerável por uma espécie determinada de hierurgia: unção, imposição das mãos ou outros actos sacramentais.

A fé já se não põe, então, na pessoa do portador do carisma – pelo contrário, a pretensão de domínio (como se levou a cabo de modo especialmente claro mediante o princípio católico do carácter indelével do sacerdote) é de todo independente das suas qualidades– mas põe-se na eficácia do respectivo acto sacramental.

- O princípio carismático da legitimidade interpretado autoritariamente segundo o seu sentido primário pode reinterpretar-se de modo anti-autoritário. A validade efectiva do poder carismático assenta no reconhecimento da pessoa concreta enquanto carismaticamente qualificada e comprovada pelos governados.

Segundo a concepção genuína do carisma, este reconhecimento é devido ao pretendente legítimo, porque qualificado. Esta situação pode, entretanto, ser facilmente reinterpretada de maneira que o livre reconhecimento pelos governados seja, por seu lado, o pressuposto da legitimidade e o seu fundamento (legitimidade democrática). Em seguida, o reconhecimento torna-se “escolha” e o senhor, legitimado em virtude do carisma próprio, torna-se um detentor do poder pela graça dos governados e por força do mandato.

Tanto a nomeação pelo séquito como a aclamação pela comunidade (militar ou religiosa), como o plebiscito, assumiram muitas vezes, historicamente, o carácter de uma selecção levada a cabo por votação e fizeram assim do senhor, escolhido segundo as suas pretensões carismáticas, um funcionário escolhido pelos governados somente segundo o seu bel-prazer.

Desenvolve-se igualmente o princípio carismático de que uma norma jurídica carismática da comunidade (comunidade de armas ou comunidade religiosa) deve ser promulgada e por ela reconhecida; e, portanto, a possibilidade existente de normas diferentes e antagónicas entrarem em competição e de, em seguida, se chegar à decisão por meios carismáticos, em última análise, pelo acolhimento que a comunidade faz da norma correcta, facilmente se converte na concepção - legal - de que os governados decidem livremente, através da manifestação voluntária, sobre o direito que deve vigorar, e que o número dos votos seja para tal o meio legítimo (princípio da maioria).

A diferença entre um chefe eleito e um funcionário eleito fica a ser, então, simplesmente a do sentido que o próprio eleito dá e – segundo as suas qualidades pessoais – pode dar, frente ao pessoal e aos governados, à sua conduta; o funcionário comporta-se inteiramente como mandatário do seu senhor, aqui, portanto, dos eleitores, o chefe comporta-se como exclusivamente atido à responsabilidade própria; este, portanto, enquanto reivindica com êxito a sua confiança, agirá inteiramente segundo a discrição própria (democracia de líderes) e não, como o

funcionário, de harmonia com a vontade expressa ou presumida (num “mandato imperativo”) dos eleitores.

Em Michel Foucault (2004) o poder está presente em todas as partes e todas as pessoas estão (consciente ou inconscientemente) envolvidas em relações de poder. Através de seus mecanismos o poder actua como uma força de coação, disciplina e controlo dos indivíduos. Para Foucault, as relações de poder vão variando de maneira proporcional as dinâmicas das relações sócio políticas e económicas, produzindo desta forma novas relações de poder, que se adequam às necessidades do poder dominante.

O poder faz-se prevalecer servindo-se do aparato ideológico, burocrático e bélico, de modo a coagir e fazer com que os indivíduos se submetam. Portanto, servindo-se desta concepção, o poder de uma forma rude e grosseira, evolui e apresenta-se de forma sofisticada e subtil.

Segundo algumas abordagens existem sete fontes de poder, dentre as quais: recompensa, coerção, legitimidade, legitimado, informação, conhecimento e persuasão. As fontes de poder acima citadas funcionam em interdependência com a autoridade resultante da posição ocupada e a influência resultante da situação em se encontra inserido (Bittencurt, 2014).

1. *Poder engendrado da recompensa* - permite trocar ou fazer concessões durante o processo de busca de resultados do exercício da liderança ou negociação; Para que haja efeito neste tipo de poder é necessário:

Estar consciente da disponibilidade para oferecer algo em troca do que se pretende obter; Estar seguro do que se pretende obter de um interlocutor, em troca do que se pode e se quer oferecer; Conhecer o valor real de tudo o que se tem para oferecer, sabendo o quanto custa para si; conhecer também o quanto vale para o interlocutor, o que se tem para oferecer; Saber o valor do que se pretende obter, em troca do que se vai oferecer; neste ponto é importante saber quanto custa para o interlocutor e quanto vale para si; Preparar-se para barganhar

todas as trocas, sempre obtendo algo em troca do que se oferece; nada deve ser dado sem obter algo em troca; o interlocutor deve valorizar a troca, evitando-se conceder gratuitamente algum benefício ou facilitação de resultado; Valorizar tudo o que se oferece, e avaliar material e monetariamente, o que seu interlocutor ofertar em troca; e Manter no processo de barganha um sistema de concessões mútuas em que ambos saem beneficiados.

2. *Poder de coerção* - válido na acção de busca de resultados, desde que usado não como intimidador, mas como um verdadeiro restaurador do equilíbrio na relação produtiva.

Em caso de desvantagem, há disponibilidade de um ou mais componentes que lhe permitam usar o poder de coerção com eficiência, podendo virar o jogo a seu favor.

O poder de coerção pode ser usado como recurso extremo, não no entanto que um obstáculo na acção, mas tão somente como um dinamizador. O poder de coerção caracteriza-se por manifestações por meio dos quais consegue-se reduzir ou reverter um quadro extremamente favorável a qualquer dos envolvidos.

Num exemplo concreto, este tipo de poder tem sido usado nas negociações que envolvem sindicatos e empresas:

- Declaração de greve, por parte dos trabalhadores;
- Decisão de demitir pessoal, por parte da empresa;
- Boicote as acções da empresa, por parte dos trabalhadores;
- Corte de benefícios, por parte da empresa.

É importante não permitir que o poder de coerção seja usado sem uma fundamentação, de improviso, pois esta não é um instrumento de geração de obstáculos a discussão, mas sim um recurso agilizador, e mais do que isso, um restaurador de forças no processo decisório. Não se pode confundir a coerção (pressão) com coação (ameaça), sob o risco de comprometer um clima propício ao acordo, se não for bem administrado. O uso do poder de coerção é um ato de inteligência e que pode e deve ser usado com ética e sensatez.

3. *Legitimidade e/ou poder legitimado* - dum lado se sustenta a partir do poder que se fundamenta na lei e, doutro lado do poder que se baseia na aceitação pelos envolvidos na discussão de um fato, ou na escolha de um processo decisório.

O uso da lei como reforço deve ser um forte impulso aos envolvidos na relação produtiva, à medida que se torna extremamente difícil, para os interlocutores questionarem este princípio de legitimidade.

A protecção da lei como reforço de abordagem consolida o papel de quem se envolve em uma discussão produtiva. Compete aos envolvidos no processo decisório, na fase preparatória, identificar bases legais para fundamentar e consolidar estratégias e táticas. Uma outra forma de buscar a legitimidade faz-se adoptando práticas consagradas pela aceitação das partes (o exercício do poder legitimado).

Situações e factos aceites pelos que estão envolvidos no processo decisório estão, de forma geral, caracterizados pela legitimidade; são exemplos factos ou ocorrências consagradas pelo hábito ou regras internas aceites pelas partes.

O importante ao fazer uso do poder de legitimidade, é o não questionamento, por parte dos interlocutores envolvidos na decisão, sendo a lei um forte ratificador dos processos de legitimidade, mas é extremamente importante pesquisar factos, ocorrências e fenómenos aceitáveis pelo ambiente comum à decisão.

Essa pesquisa deve ser estabelecida no momento do planeamento, privilegiando sobretudo, a análise cuidadosa do histórico das relações entre as partes, que poderá fornecer mais subsídios importantes para o negociador.

De outra forma, a prática de relações entre as partes envolvidas, seguramente oferecerão dados importantes (forma como as negociações vem sendo feitas, práticas adoptadas pelos negociadores, resultados obtidos com negociações anteriores, traços culturais dos negociadores, estilos vividos

e praticados na região onde se desenvolve a negociação) para o processo de consolidação da legitimidade. Importa sublinhar que, a legitimidade dos actos de um negociador é transferida para o próprio negociador, reforçando sua posição diante de seus interlocutores.

4. *Poder Engendrado do Conhecimento* - É comum, e mais do que isso, é essencial, numa discussão ou processo decisório a existência de especialistas na discussão e no processo de barganha.

O uso do poder do conhecimento implica, concretamente, o estudo aprofundado dos assuntos que envolvem uma discussão, este facto leva, de forma efectiva, à anulação da dúvida, e induz o processo decisório a concentrar-se no que diz respeito à consecução de seus objectivos.

Se um profissional não se considera um especialista no conhecimento efectivo e específico do assunto foco da decisão; e entende que estudos, pesquisas e leituras que empreende, não foram suficientes para o esclarecimento e a superação de dúvidas acerca do ambiente decisório, é prudente que explore mais o planeamento e desenvolva questões sobre o seu modo de ver, o que pode ajudar a dominar os temas da discussão e da decisão; peca igualmente ajuda a especialistas que o possam ajudar a manter satisfeitas as áreas de dúvida. Em suma, ser entendido como alguém detentor do conhecimento do tema ou temas básicos que exploram o processo decisório, ter ao seu lado pessoas observadas e aceitas pelos interlocutores, e neste aspecto, o poder do conhecimento se alia ao poder da legitimidade, funcionam como agentes transformadores da decisão elevando o seu nível de discussão e de abordagem.

Um negociador que domine os assuntos abordados na negociação é importante para o sucesso de um processo de negócio. O tomador de decisões forte na construção de argumentos e eficaz, especialista, antes de ser uma ameaça, é ingrediente de sucesso e solidez numa tomada de decisão.

5. *Poder da Informação* – este poder justifica-se na ideia de que, a estratégia de uma decisão

depende de três factores optimizadores convenientemente aplicados, mas que podem tornar-se obstáculos, se porventura forem relegados ao esquecimento ou pior ignorados pelos interessados, destes inclui-se a oportunidade de uso do tempo; a oportunidade de uso das fontes de poder; e a oportunidade de uso de sua base de dados ou informações.

O tempo pode ser usado convenientemente através de fazer o tempo agir para si, ter o tempo como amigo, despende o tempo em situações que assim o exijam – ex: apressar a discussão de temas sobre os quais tem amplo domínio, ou que lhe convier, atrasar a discussão de assuntos por entender que o momento não é oportuno.

O uso apropriado dos dados disponíveis, ou melhor, a oportunidade de usá-los quando conveniente ou indicado, é, uma das estratégias adoptadas, a que melhor define o conceito do poder da informação. Os indivíduos ou organizações dotadas de dados têm uma posição de destaque em relação a seus interlocutores. Estes indivíduos ou organizações estão em melhores condições de decidir a posição com maior força na discussão e na barganha.

Quando se fala da etapa do planeamento, ou seja da selecção das fontes de poder, refere-se a tarefa do tomador de decisões poder buscar dados concretos que fundamentem sua posição no processo, e que dêem base para uma discussão idónea e eficaz, capazes de levar a um processo no qual o comprometimento seja assumido por todas as partes envolvidas. Esta busca de dados ou informação deve estar acompanhado por um cuidado extraordinário, levando em conta a credibilidade exigida.

Dados e informações orientadores da argumentação; números reforçadores da discussão, justificativas baseadas em fatos históricos comprováveis (estas podem ser situações acontecidas em negociações anteriores e comprovadas de forma autêntica), este conjunto de alternativas poderá ser accionado pelo tomador de decisões para a qualificação do processo. A decisão, para sua consolidação entre as partes, como um processo ético, com objectivos definidos, e com clareza de princípios, apresenta um perfil

indiscutível que inclui a profissionalização dos envolvidos; o foco nos fatos verdadeiramente relevantes; e o alto nível de credibilidade.

O poder da informação, exige ao ser accionado, o uso da informação conveniente, no momento adequado (*tempo de informação*); a guarda de informações adequadas e estratégicas, para reforço de argumentações relevantes (*conhecimento, tempo, informação*); a manutenção, como alternativa de discussão e de barganha, de informações determinantes, levando a resultados de comprometimento irreversível (*legitimidade, conhecimento e informação*); e a disponibilidade de informações que permitem a troca de concessões, gerando um conjunto de alternativas viáveis a um acordo (*recompensa, tempo, conhecimento e informação*).

Portanto, pode-se concluir que informações reais, bem estruturadas, com bases sólidas de pesquisa, fundamentadas na verdade dos fatos, são o aval da solidez e da honestidade da decisão.

6. Poder da Persuasão ou poder pessoal - é a capacidade profissional de explorar, de forma consciente e eficaz, nos momentos de discussão, na apresentação de propostas e no instante de barganhar trocas e concessões, as suas qualificações pessoais, sua presença, seu domínio sobre o ambiente, no sentido de envolver e seduzir, em sentido amplo, seus interlocutores.

É o poder que dá ao tomador de decisões a possibilidade de – por meio de uma argumentação inteligente e fundamentada, com base em dados reais, em informações concretas e verídicas – levar a discussão a resultados efectivos. O poder de persuasão bem exercido possibilita o exercício da liderança do processo, gerando segurança a todos os envolvidos.

Esta segurança se manifesta principalmente no próprio tomador de decisões (líder ou negociador) ao perceber que o seu poder de convencimento está levando-o a resultados eficazes. Quando este convencimento é feito por meio de abordagens reais, concretas e sérias (persuasão, legitimidade e

informação), os profissionais envolvidos na busca de resultados, na subordinação à liderança ou negociação, sentem-se recompensados.

Faz parte da abordagem persuasiva, provocar reflexões nos interlocutores, que permitam a mudança de posições, a revisão de posturas, a troca de alternativas, no sentido de efectivação de trocas e concessões enriquecedoras do processo decisório.

Convencer o interlocutor, fazendo-o entender a sua abordagem, levando-o a reflectir sobre alternativas sobre as quais não havia considerado anteriormente, respeitando-o, e sendo respeitado por ele, adoptando linhas de persuasão maduras e conscientes, reforçam o papel de um bom tomador de decisões, líder ou negociador.

Contudo, este conhecimento centrado na identificação das fontes de poder sobre os quais o tomador de decisões se julga mais reforçado, levam a decisão a um grau de discussões e conclusões que o tornam mais profissional, com mais qualidade e com mais efectividade, isto é, resultados concretos, produtivos e de aplicação imediata.

UNIDADE Temática 2.3. EXERCÍCIOS

Exercícios de Auto-avaliação

1. Os debates sobre o conceito de poder tiveram na sua dianteira:
 - a) Max Weber;
 - b) Karl Marx;
 - c) Robert Dahl.
2. O tipo de poder mais usado nos processos de negociações que envolvem sindicatos e empresas é o:
 - a) Poder tradicional;
 - b) Poder carismático;
 - c) Poder de coerção.
3. O poder de legitimidade, pelo seu carácter racional:
 - a) Dispensa qualquer pesquisa de exploratória;
 - b) Dispensa o questionamento pelos interlocutores;
 - c) Admite pesquisa de análise histórica das relações entre as partes de modo a subsidiar ao negociador.
4. Os tipos de poder defendidos por Max Weber são:
 - a) Poder Tradicional, Poder Carismático e Poder Legal;
 - b) Poder Carismático, Poder engendrado do

- conhecimento e Poder Tradicional;
- c) Poder Carismático, Poder Tradicional e Poder de coerção.
5. As fontes de poder podem se resumir em:
- Persuasão, legitimidade e legalidade;
 - Persuasão, informação, conhecimento, legitimidade, coerção, e recompensa;
 - Tradição, legitimidade e posses económicas.

Exercícios de Avaliação

- Qual é a visão e o contexto do poder levantado por Dahl?
- Qual é a visão de poder segundo Weber e Foucault?
- Distinga as três fontes de poder em Weber.
- Discuta as Fontes de Poder segundo Bittencourt.
- Qual é a importância da aplicação da visão de Bittencourt nos processos de tomada de decisão?

UNIDADE Temática 1.3. Instrumentos de Exercício do Poder

Guillaume Devin (2002), dedica parte da sua discussão na obra “Sociologie des Relations Internationales” para se debruçar em volta dos mecanismos usados pelos actores do cenário internacional em suas relações sociais internacionais, dentre os diversos instrumentos e técnicas existentes sublinha três:

- A Diplomacia;
- O recurso a força; e
- O recurso do Direito.

O teórico parte da historia contemporânea para demonstrar o quanto estes instrumento estão presentes e modificam-se mediante as circunstâncias das relações sociais internacionais de cada momento. Com base nesta visão, a diversidade dos meios passíveis de utilização pelos jogadores do cenário das relações sociais internacionais, se desenvolve ao longo de uma escala que vai das soluções consensuais e negociadas as soluções através do uso da força e das práticas violentas.

1. Legislação ou regulamentação acerca de direitos e liberdades fundamentais.
2. Incentivos financeiros nas transacções comerciais internacionais (políticas de impostos, isenções de encargos aduaneiros, subsídios, etc.).
3. Financiamento directo aos Governos para os seus projectos.
4. Utilização dos Governos para a implementação de acções que visam solucionar problemas que afectam as suas comunidades.
5. Envolver os Governos em debates sobre políticas públicas ou outras matérias relevantes, de uma forma ad hoc ou através de instituições formalmente constituídas.
6. Negociação de projectos conjuntos com os Governos em que cada parte traz os seus próprios recursos para a mesa.
7. Transferência e gestão de conhecimentos/tecnologias em áreas que o Governo beneficiário apresenta um certo défice.
8. Doações e apoio em situações de emergência.

⁴ UNIDADE Temática 1.4. EXERCÍCIOS

Exercícios de Auto-avaliação

1. Na óptica de Devin, o poder pode ser exercido através de:
 - a) Tradição, Diplomacia, Recurso a Força e Recurso ao Direito;
 - b) Diplomacia, Recurso a Força e Recurso ao Direito;
 - c) Tradição, Carisma e legalidade.
 2. Devin para propor os instrumentos de exercício de poder:
-

- a) Parte da história clássica;
 - b) Parte da ideia do que as relações internacionais podem vir a ser no futuro;
 - c) Parte da história contemporânea.
3. Pode fazer também parte de instrumentos de exercício de poder:
- a) Regulamentação ou legislação a cerca de Direitos e liberdades fundamentais;
 - b) Financiamento directo aos Governos para seus projectos;
 - c) As duas respostas acima estão correctas;
 - d) Nenhuma das primeiras duas respostas está correcta.
4. São elegíveis como instrumentos de poder:
- a) Envolver Governos em debates de políticas públicas e privadas;
 - b) Doação e apoio em situações de emergência;
 - c) Financiamento de guerras e actos de terrorismo.
5. Os incentivos financeiros nas transacções comerciais internacionais:
- a) Não constituem nenhum instrumento de exercício de poder;
 - b) São instrumentos de exercício de poder apenas quando ocorre a nível nacional;
 - c) Nenhuma resposta acima esta correcta;
 - d) As duas primeiras respostas estão correctas.

Bittencourt, Francisco (2014). *Fontes de Poder: Instrumentos de Busca de Resultados, Liderança e Negociação*. Brasil: Instituto MVC,

<http://www.institutomvc.com.br/artigos/post/instrumentos-de-busca-de-resultados> buscado a 10 de Outubro de 2016.

Morgan, Gareth (1996). *Imagens da Organização*. São Paulo: Atlas. (pp. 145-203).

Dahl, Robert (2005). *Who Governs?: Democracy and Power in American City*. USA: Yale University Press.

WEBER, Max (2005). *Três tipos de poder e outros escritos*, Lisboa: Tribuna da História.

Michel Foucault (2004). *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal,

Devin, Guillaume (2002). *Sociologie des relations internationales*. Paris: La Découverte.

TEMA – VIII: A TEORIA DOS SISTEMAS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

UNIDADE Temática 1.1. Sumário e objectivos

UNIDADE Temática 1.2. A Teoria dos Sistemas em Relações Internacionais

UNIDADE Temática 1.3. EXERCÍCIOS

UNIDADE Temática 1.1. Sumário e objectivos

Esta unidade tem como objectivo trazer a teorias dos Sistemas nos debates em relações internacionais. Inicia-se pela descrição da Teoria Geral de Sistemas, para posteriormente enquadrar naquilo que é a discussão sobre as Relações Internacionais. A ideia parte do princípio de que, existe alguma similaridade entre a abordagem pluralista do panorama internacional com a Teoria dos Sistemas, uma vez que analisa um contexto internacional caracterizado pela variedade, complexidade e dinamismo, bem como centralidade nos conceitos tais como objecto, atributo, inputs e outputs, ambiente, motivações e processo permitindo desta forma a compreensão do sistema internacional.

O objectivo central é do estudante analisar a Sociedade Civil Transnacional como um sistema constituído por respectivos subsistemas.

Ao terminar esta unidade espera-se que tenha habilidades:



Objectivos
específicos

- Conhecer e aplicar a teoria dos sistemas em aspectos internacionais;
- Compreender os percursores das teorias dos sistemas;

UNIDADE Temática 1.2. A Teoria dos Sistemas em Relações Internacionais

A abordagem Sistémica da Teoria Pluralista das Relações

Internacionais. A expressão Relações Internacionais indica o oposto das relações internas, mas sem despendendo tempo com este último tipo de relações irá se centrar o debate deste capítulo apenas nas relações internacionais, embora com isso é importante saber que não existem fronteiras estanques, pois alguns processos internos dos Estados acabam tendo interferência nos processos internacionais e vice-versa. Pode-se afirmar que, no contexto interno, os actores são indivíduos e sujeitos não estatais, como os partidos, os sindicatos, as empresas, e outros, e no contexto internacional, os actores seriam os Estados e os agentes de carácter internacional que também possuem um papel importante no panorama internacional.

Segundo Ventura, Cavalcanti e Da Paula (2002), os acontecimentos dos anos 80 e 90, como a derrocada da ordem da Guerra Fria, o desmoronamento da União Soviética, a universalização dos valores liberais associados à formação da globalização, trouxeram uma nova forma de pensar sobre o sistema internacional. Portanto, houve profundas transformações, nos estudos das relações internacionais, implicando em certa medida decadência de paradigmas vigentes e aparecimento de novos enfoques, virados para a busca de sentido do novo mundo que se cria. A tradicional análise das ciências políticas voltada para os fenómenos internacionais passou a viver a momentos de redefinição. Muitas das teorias e modelos aplicados na construção do conhecimento da vida internacional do período da Guerra Fria perderam sua capacidade explicativa na passagem do milénio, diante da situação passaram a supor que o então contexto internacional fosse uma nova forma acabada de sistema internacional. As análises cingiam-se na ideia de que, dominadas pelos fenómenos da globalização económico-financeira e pela integração liberal dos mercados, as relações internacionais teriam alcançado o seu novo modelo sistémico.

Na óptica de Saraiva (2001), a solução simples adoptada, que concomitantemente determinou o fim das possibilidades soberanas do Estado-nação no final do século XX, veio complicar ainda mais a ausência de instrumentos analíticos consistentes para a compreensão das relações internacionais.

Um percurso científico das relações internacionais foi levantado pelos historiadores das relações internacionais e por alguns cientistas políticos insatisfeitos com os próprios modelos de análise do mundo contemporâneo da era pós-

bipolar.

A teoria sistémica foi desenvolvida em resposta a necessidade científica para explicações da complexidade da realidade, ou seja, a organização complexa do mundo, manifesta sob diversos sistemas, impeliu para que surgisse uma nova abordagem.

O sistema abrange uma multiplicidade de estruturas provenientes do mundo real, dispostas para uma coordenação que visa a constituição de uma organização. Deste modo, os sistemas podem comportar vários perfis, mediante a sua natureza: naturais quando se trata de organismos vivos; elaborados – quando se trata de organizações sociais; públicos – no caso concreto da administração pública; privado – engloba a maioria das empresas; também podem ser considerados sistemas a classe escolar, transportes, água, educação, economia, judicial, político, entre outros.

Portanto, fica clarividente a existência de diversos sistemas no mundo real, inseridos em uma complexidade interdependente que faz com que constituam uma organização que em contrapartida assegura o seu funcionamento. Esta organização, em certas ocasiões, pode ser caracterizada por rupturas ou descontinuidade funcional que culmina, muitas das vezes, em problemas que dificultam a interacção do todo. Razão pela qual, há necessidade premente de uma abordagem sistémica, que leve a compreensão da complexidade como um número de elementos que fazem parte do sistema, seus atributos, suas interacções e o grau de organização do sistema.

A complexidade e a interdependência são pontos em paralelos, pois todo sistema é um pouco complexo, com muitos elementos interdependentes, todos dispostos para atingirem objectivos. A abordagem sistémica permite uma efectiva resolução de problemas, a partir de um olhar centrado no todo, ao invés de uma análise particularizada. Este olhar sobre o todo é designado por visão sistémica ou abordagem sistémica, significando um abandono à metodologia analítica utilizada para problemas específicos, pois com o aumento da complexidade nos projectos e nos sistemas em geral, tornou-se difícil a solução de problemas isolados.

Segundo Bilhim,:

“(…) se a abordagem sistémica e a metáfora orgânica

ajudam a compreender a interdependência do todo relativamente às suas partes, ou seja, a necessidade que uma organização possui de integração das suas diferentes partes, as quais foram sendo criadas pela força da diferenciação e especialização interna e da sua grande dependência e, conseqüentemente, explicam a necessidade de adaptação à envolvente, (...)” (Bilhim, 1996, p.325).

Para entender a abordagem sistémica, existem várias estruturas indispensáveis a sua compreensão, dentre as quais a Teoria Geral de Sistemas, a cibernética, a análise sistémica, a engenharia de sistemas, entre outros.

A abordagem sistémica, considera impossível solucionar determinados problemas através de simples análises isoladas, em que um ou vários ambientes estão em interacção.

O Conceito de Sistemas - foi emprestado das ciências exactas, concretamente da física, pelos cientistas sociais. No campo originário, os sistemas podem ser resumidos, em termos precisos, a uma equação matemática que traduz alguma relação entre determinadas variáveis.

Existem, contudo, diferentes definições de sistemas que variam de acordo com os objectivos e circunstâncias em que cada um procura elaborar, dentre elas destacam-se: Segundo Schoderbek, Schoderbek e Kefalas, “Sistema é o conjunto de objectos com relações entre os objectos e os atributos relacionados com cada um deles e com o ambiente, de maneira a formar um todo” (1990, p.13); e

Dum lado, são encontrados partes do sistema, que constituem o carácter estático e doutro lado as funções básicas desempenhadas pelas partes do sistema constituindo a componente funcional.

As partes de um sistema podem ser classificadas em três, as entradas (comumente designadas por inputs) – estas representam a força inicial, dando ao sistema as necessidades operacionais, os processos que transformam as entradas em saídas e, as saídas (mais designadas por outputs) – estes referem-se aos resultados das operações do processo.

Na análise sistémica é importante saber que o todo é relativamente diferente da ideia da soma das partes, pois quando as partes estão associadas e formando o todo,

torna-se desta forma, uma estrutura independente com papel distinto das partes.

A teoria geral dos sistemas foi desenvolvida por um grupo de cientistas provenientes de áreas diferentes, mas movidos por um interesse comum, mas com maior destaque a Ludwig Von Bertalanffy, que baseando-se na visão de Aristóteles, a partir da qual, o todo é relativamente superior a soma das partes, sublinhou que todo o indivíduo é movido pelo objectivo de alcançar algum objectivo e para entender o comportamento de uma organização é necessário ter em consideração a sua tendência para os objectivos e a sua constituição por partes interligadas e em interacção.

A teoria geral de sistema é, no entanto uma metodologia, mais do que isso, um modelo de análise do mundo real, ou seja, que determina as formas pelas quais se pode analisar fenómenos complexos sistémicos. Para qualquer analista dos sistemas, pressupõe alguns postulados, pressupostos ou julgamentos de valor, indispensáveis no processo.

Para a aplicação da teoria de sistemas na análise das relações internacionais é importante que o ambiente internacional seja denominado sistema internacional. A perspectiva sistémica vislumbra a comunidade internacional por poder atribuir às grandes estruturas do sistema internacional a qualidade de variáveis independentes essenciais, explicativas do tipo de relações que se desenvolvem entre as partes constitutivas do sistema. Nesta óptica, a multipolaridade ou a bipolaridade determinam o tipo de postura dos Estados, bem como o nível de estabilidade do sistema internacional, dependendo de sua estrutura de base.

A aplicação da análise sistémica às relações internacionais permite ver a comunidade internacional, não por estados, mas sim como um todo sistémico, constituído por diversos subsistemas ou dimensões e forças variadas em interacção. A comunidade internacional é, assim, identificada como um sistema global constituído por subsistemas regionais, que por sua vez integram outros subsistemas constituídos por cada Estado. A inter-relação dos diversos subsistemas caracteriza e tipifica o sistema internacional.

A primeira abordagem sistémica na análise do panorama internacional é atribuída ao teórico Norton Kaplan, por ter distinguido os tipos de sistemas internacionais - Sistema de Balança de Poder e Sistema Bipolar Flexível. O primeiro caracteriza-se pela sua tradução baseada na linguagem

sistémica, equilíbrio de forças entre os actores internacionais;

O segundo envolve os diferentes tipos de actores internacionais, tais como os pólos EUA-URSS, os blocos OTAN-Pacto de Varsóvia, a ONU e os países não alinhados. Portanto, o tipo de actor característico do sistema bipolar é o bloco. A que inclui ainda o caso do modelo Pentágono, que examina os acontecimentos mundiais a partir dos cinco principais centros de poder (EUA, URSS, China, Europa Comunitária e Japão), estes são os principais interlocutores no diálogo internacional e que evoluiu aceleradamente, para um sistema multipolar das relações internacionais. O sistema multipolar das relações internacionais caracteriza-se pela dispersão do Estado e notável importância económica e estratégica dos blocos emergentes.

Segundo Viotti (1998, p.97) a ideia do transnacional no estudo das relações internacionais leva-nos a visão clássica, quando esta centrou-se sobre o relacionamento entre os Estados-nação. Inspirando-se nesta visão, durante muito tempo, as análises realizadas do panorama mundial cingiram-se unicamente no envolvimento dos países, visto que eram assumidos como protagonistas, senão mesmo os únicos, que impulsionavam o sistema.

UNIDADE Temática 2.3. EXERCÍCIOS

Exercícios de Auto-avaliação

1. Foi assumido que as relações internacionais teriam alcançado o seu novo modelo sistémico:
 - a) Desde a expansão da igreja católica e as viagens das descobertas;
 - b) Pelas transformações resultantes do fim da guerra fria;
 - c) Pelos ataques de 11 de Setembro de 2001 a torres gémeas nos EUA.
2. O fim da guerra fria:
 - a) Fortificou as teorias das relações internacionais tradicionais;
 - b) Incapacitou a compreensão das relações

- internacionais a partir das teorias tradicionais;
- c) Deu início às relações internacionais por consequência surgem as teorias das relações internacionais;
3. A teoria sistémica surge:
- a) Em consequência da nova organização complexa do mundo manifesta sob forma de sistemas;
 - b) Devido a intensificação das divergências das estruturas provenientes do mundo real;
 - c) Como primeira teoria na tentativa de estudo das relações internacionais.
4. A abordagem sistémica:
- a) Permite uma efectiva resolução de problemas a partir da análise da soma das partes;
 - b) Permite uma efectiva resolução de problemas a partir da análise das partes isoladamente;
 - c) Permite uma efectiva resolução de problemas a partir de um olhar centrado no todo, constituído por partes que interagem;
5. A primeira aplicação da abordagem sistémica na análise das relações internacionais foi atribuída a:
- a) Viotti;
 - b) Norton Kaplan;
 - c) Ludwig Von Bertalanffy.

Exercícios de Avaliação

1. De que forma se pode justificar o uso da teoria dos sistemas nas análises em relações internacionais?
2. Que acontecimentos trouxeram uma nova forma de pensar sobre o sistema internacional durante os anos 80 e 90?
3. Qual é a natureza teórica do conceito sistema?
4. Defina o conceito sistema.

5. De que forma se distingue a estrutura da soma das partes?
6. Em que contexto ocorreu a primeira aplicação da teoria dos sistemas no cenário internacional?

EXERCÍCIOS DE AVALIAÇÃO DO MÓDULO

1. Os fenómenos que marcaram o início da ideia da SCT incluem:
 - a) Economia, Política e cultura;
 - b) Colonização e movimentos de independência;
 - c) Viagens das descobertas, colonização e missões religiosas;
2. Falar da SCT, implica falar da eminente:
 - a) Ausência relativa de fronteiras entre nações;
 - b) Ausência de fronteiras entre as nações;
 - c) Separação entre o local e o global;
3. Na visão de Lipschutz a SCT visa:
 - a) Influenciar os governos a priorizarem as políticas públicas;
 - b) Agir em contradição ao Estado;
 - c) Restabelecer às nações aquelas condições em ameaça.
4. Na óptica de Keohane e Nye a SCT inclui:
 - a) Agentes estatais e não estatais;
 - b) Apenas agentes estatais;
 - c) Apenas agentes não estatais.
5. O ápice da ajuda das ONG's ao desenvolvimento foi atingido nos anos:
 - a) 70;
 - b) 80;
 - c) 90.
6. Duas das organizações que tiveram primazia nos processos da transnacionalização são:

- a) As religiões cristã e islâmica e as colónias britânicas;
 - b) As religiões cristãs e islâmica e a Cruz Vermelha;
 - c) O Comité Internacional da Cruz vermelha e as religiões cristãs e islâmica;
7. A Sociedade Civil Transnacional surge:
- a) Para complementar o papel desempenhado pelas empresas transnacionais;
 - b) Surge em resposta aos problemas provocados pelas guerras;
 - c) Surge em resposta à decrescente capacidade e disposição dos Estados satisfazerem os seus papéis sociais.
8. Embora a maior parte da acção dos actores depender da decisão particular de cada Estado, existem acontecimentos que extrapolam as vontades destes, como é o caso de:
- a) Força natural, factor demográfico, factor tecnológico e factor económico;
 - b) A iniciativa de uma guerra civil, as calamidades naturais e o crescimento demográfico;
 - c) Acontecimentos nas esferas Social, ideológico e cultural.
9. Segundo Oliveira, actor internacional é aquele que goza de autonomia:
- a) Podendo conduzir ao debate internacional qualquer tema;
 - b) Podendo interferir consideravelmente na condução de temas internacionais significativos;
 - c) Podem estar constituídos pelos demais grupos sociais que actuam na sociedade internacional.
10. No contexto dos sistemas, os actores:
- a) São algo estáticos;
 - b) Devem possuir a capacidade de resistir às dinâmicas ou circunstâncias do tempo;
 - c) Não são estáticas, mas sim dinâmicas, com capacidade de adaptação em relação às circunstâncias do tempo.

11. Em suma, segundo as teorias sobre o conflito, este deve ser visto como:
 - a) Algo indesejável para a vida em colectividade;
 - b) Algo desejável para a vida em colectividade;
 - c) Um facto da vida, que reflecte a concretização das diversas fases e facetas que compõe a humanidade e aponta como mais um objecto da cultura de um determinado povo.

12. Olhando para uma sociedade o que se vê a priori:
 - a) É a harmonia, quando por dentro está repleto de actos de conflito;
 - b) É um palco de luta, competição ou concorrência entre indivíduos, grupos e instituições;
 - c) É a simultânea situação de cooperação e conflito entre indivíduos, grupos e instituições;

13. Pode fazer também parte de instrumentos de exercício de poder:
 - a) Regulamentação ou legislação a cerca de Direitos e liberdades fundamentais;
 - b) Financiamento directo aos Governos para seus projectos;
 - c) As duas respostas acima estão correctas;
 - d) Nenhuma das primeiras duas respostas está correcta.

14. Na óptica de Devin, o poder pode ser exercido através de:
 - a) Tradição, Diplomacia, Recurso a Força e Recurso ao Direito;
 - b) Diplomacia, Recurso a Força e Recurso ao Direito;
 - c) Tradição, Carisma e legalidade.

15. A abordagem sistémica:
 - a) Permite uma efectiva resolução de problemas a partir de um olhar centrado no todo, constituído por partes que interagem, mas antes considerar as relações internacionais como um sistema;
 - b) Permite uma efectiva resolução de problemas a partir da análise da soma das partes;
 - c) Permite uma efectiva resolução de problemas a partir da análise das partes isoladamente;

Saraiva, José F. S. (2001). *Relações Internacionais -dois séculos de história*. Volume I. Brasília: IBRI.

Ventura, Carla A. A. Cavalcanti, F. Melissa e De Paula, Verónica A. F. (s/a) *A abordagem Sistémica da Teoria Pluralista das Relações Internacionais: O Estudo de Caso da União Europeia*. Brasil: Centro Universitário UNI-FACEF.

Bilhim, João A. de F. (1999). *Teoria Organizacional-Estruturas e Pessoas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

VIOTTI, Paul R. et. al. (1999). Theory, images, and international relations: an introduction. In: *International relations theory: realism, pluralism, globalism, and beyond*. Boston: Allyn and Bacon.

Bibliografia

Keohane Robert O. e Nye, Joseph S. (1971). ***Transnational Relations and World Politics: An Introduction***, in: International Organization. Cambridge:Cambridge University Press, 329-349.

Cohen, Jean L. (2003). ***Sociedade Civil e Globalização: Repensando Categorias***. In: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 3, pp. 419-459.

Salamon, Lester M., Anheier, H. K., Toepler R. L. Sokolowski, S. (1999). ***Global Civil Society: Dimensions of the Nonprofit Sector*** Baltimore: The Johns Hopkins University– Center for Civil Society Studies.

O'Neill, M. (2002) *Nação não lucrativa: um novo olhar para a Terceira América*, 2ª edição, San Francisco, CA: Jossey-Bass.

Ott, J. S. (ed.) (2001) *A natureza do setor não lucrativo*, Boulder, CO: Westview Press.

BEDIN, Gilmar Antônio. *A sociedade internacional e o século XXI: em busca da construção de uma ordem mundial justa e solidária*. Ijuí: Unijuí, 2001.

OLIVEIRA, Odete Maria de. *Relações Internacionais: estudos de introdução*. Curitiba: Juruá, 2001.

<http://danielikgirl.blogspot.com/2007/09/os-actores-internacionais-importancia-e.html>

Joshua S. Goldstein e Jon C. Pevehouse, (2004). *International Relations*, 7ª edição, Pearson International Edition.

Ventura, Carla A. A. Cavalcanti, F. Melissa e De Paula, Verónica A. F. (s/a) *A abordagem Sistémica da Teoria Pluralista das Relações Internacionais: O Estudo de Caso da União Europeia. Brasil*: Centro Universitário UNI-FACEF.

Bilhim, João A. de F. (1999). *Teoria Organizacional-Estruturas e Pessoas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

VIOTTI, Paul R. et. al. (1999). Theory, images, and international relations: an introduction. In: *International relations theory: realism, pluralism, globalism, and beyond*. Boston: Allyn and Bacon.